UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

ANDRÉA DE BRITTO

**A construção de um sistema de documentação para o acervo do
MAFRO / UFBA**

São Paulo
2018

ANDRÉA DE BRITTO

**A construção de um sistema de documentação para o acervo do
MAFRO / UFBA**

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Mestrado Profissional, para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação.

Área de Concentração: Organização, Mediação e Circulação da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Britto, Andréa de

A construção de um sistema de documentação para o acervo do
MAFRO / UFBA / Andréa de Britto ; orientadora, Marilda
Lopes Ginez de Lara. -- São Paulo, 2018.
124 p.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia
Versão corrigida

1. organização do conhecimento 2. gestão da informação 3.
documentação de acervos museológicos I. Lara, Marilda Lopes
Ginez de II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

Nome: BRITTO, Andréa de

Título: A construção de um sistema de documentação para o acervo do
MAFRO/UFBA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo,
Mestrado Profissional, para obtenção do
título de Mestre em Gestão da
Informação.

Aprovado em: 17 de dezembro de 2018

Banca Examinadora

Presidente da Banca: Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara

Instituição: ECA – USP

Julgamento _____ Assinatura _____

Professor Dr. Marcelo dos Santos

Instituição: ECA - USP

Julgamento: _____ Assinatura _____

Professora Dra. Julietti Andrade

Instituição: IACS - UFF

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professora Dra. Suely Moraes Cerávolo

Instituição: FFCH - UFBA

Julgamento: _____Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

À professora Marilda Lopes Ginez de Lara, pela orientação e por me ensinar que é possível se superar sempre. À professora Suely Moraes Cerávolo e ao professor Marcelo Santos, que estiveram na banca de qualificação, contribuindo para o avanço desta pesquisa.

À professora Maria das Graças de Souza Teixeira, pela amizade, e por me confiar os segredos do museu, e à museóloga Emília Neves, por toda a paciência e atenção.

A meu filho, Filipe, por me ensinar que o amor é amigo da resiliência, e à minha mãe Eurides, que todos chamam de Dona Flor, por me ensinar que para viver é preciso ter coragem. Ao meu avô João Antônio Mendes de Britto, por me fazer acreditar que apenas a escola poderia realizar meus sonhos.

Ao Luiz Viva, meu amigo, por toda a dedicação e paciência nas horas intermináveis de leitura. À Theresinha e ao Elonir, meus familiares em São Paulo, agradeço por todo o afeto e acolhida.

Às minhas amigas Zinalva Fereira e Heloísa Albuquerque, que escutaram pacientemente cada parágrafo, quando toda a minha atenção estava direcionada apenas para a dissertação. À Ana Cristina, em memória, por todas as alegrias e por todas as leituras que se transformavam em terapia.

Agradeço a todos que contribuíram e contribuem para manter viva minha paixão e confiança na educação. Esse capítulo que se conclui tem fragmentos de cada um de vocês.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre critérios para a organização do conhecimento do acervo do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, o MAFRO, recorrendo a instrumentos de gestão, dentre os quais os meios e instrumentos para uma padronização da documentação. Considera a dimensão social do acervo e discute estratégias para implementar um sistema de documentação na perspectiva da informação enquanto conhecimento, recorrendo a procedimentos que visam representar o acervo, bem como a recuperação e socialização das informações, sem esquecer a garantia da segurança e preservação. É também seu objetivo adequar parâmetros para um melhor desempenho da plataforma de disponibilização virtual das coleções mantidas pela instituição. A pesquisa foi desenvolvida com base nas observações realizadas durante a etapa de pré-produção da sistematização do acervo, bem como nas reflexões realizadas a partir da literatura. Parte do entendimento de que a gestão de acervo envolve estabelecer critérios sobre aquilo que deve ser memorizado, enquanto uma ação política que permeia toda e qualquer atividade relacionada à guarda, proteção, conservação, documentação e disseminação da informação. Realiza um relato sobre uma experiência concreta de tratamento da informação de coleções do acervo MAFRO, e incorpora inquietações sobre a contextualização de seus objetos, além de observações sobre as recomendações internacionais relativas à documentação em museus. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é exploratória e descritiva, com uma abordagem etnográfica, em consonância com o caráter das coleções abrigadas no MAFRO. Aborda o objeto de museu, sua conceituação e aspectos de sua documentação e gestão utilizando contribuições da Museologia e da Ciência da Informação. Observa aspectos da organização do conhecimento – a catalogação, a classificação e a indexação – enfatizando a importância da padronização. Aborda o ambiente experimental com a apresentação do MAFRO e destaca a importância de Pierre Verger no que toca à aquisição do acervo e a expografia e, em seguida, as ações práticas desenvolvidas na reserva técnica do MAFRO. A discussão é adensada com a reflexão desenvolvida no Mestrado Profissional, quer a partir da exploração de bibliografia, como do exercício de sistematização crítica de uma experiência concreta.

Palavras-chaves: organização do conhecimento, gestão da informação, documentação de acervos museológicos.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on criteria for the organization of knowledge of the collection of the Afro-Brazilian Museum of the Federal University of Bahia, MAFRO / UFBA (MAFRO), using management tools, among them the means and instruments for a standardization of documentation. It considers the social dimension of the collection and discusses strategies to implement a documentation system in the perspective of information as knowledge, using procedures that represent the collection, as well as the recovery and socialization of information, not forgetting guaranteeing the security and preservation. It is also its objective to adjust parameters for a better performance of the platform of virtual availability of the collections maintained by the institution. The research was developed based on the observations made during the pre-production stage of the systematization of the collection, as well as in the reflections made from the literature. It is part of the understanding that the collection management involves establishing criteria about what should be memorized, as a political action that permeates all and any activity related to the safeguarding, protection, conservation, documentation and dissemination of information. It reports on a concrete experience of processing information from collections of the MAFRO collection, and incorporates concerns about the contextualization of its objects, as well as observations on international recommendations regarding documentation in museums. From the methodological point of view, the research is exploratory and descriptive, with an ethnographic approach, in consonance with the character of the collections housed in MAFRO. It approaches the museum's object, its conceptualization and aspects of its documentation and management using contributions from Museology and Information Science. It observes aspects of the organization of knowledge – cataloging, classification and indexing – emphasizing the importance of standardization. It approaches the experimental environment with the presentation of MAFRO and highlights the importance of Pierre Verger in acquiring the collection and expography and then the practical actions developed in the MAFRO technical reserve. The discussion is thickened with the reflection developed in the Professional Master, both from the exploration of bibliography and from the exercise of critical systematization of a concrete experience.

Keywords: organization of knowledge, information management, documentation of museum collections.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1	Vitrine da realza do Benin	78
Fig. 2	Vitrine central “Trapizonga” da exposição de longa duração do MAFRO	78
Fig. 3	Sala Carybé do MAFRO, observando-se parte dos 18 painéis de madeira expostos	79
Fig. 4 e 5	Listagem de patrimônio da UFBA, à esquerda, e ficha catalográfica do CEAO, à direita	85
Fig. 6	Ficha Catalográfica utilizada no MAFRO	86
Fig. 7	Ficha de Arrolamento utilizada no MAFRO	87
Fig. 8 e 9	Anverso e reverso da ficha de registro museológico do MAFRO	87
Fig. 10	Etiqueta de identificação das peças do MAFRO	88
Fig. 11	Rascunho de livro de tombodo MAFRO	89
Fig. 12	Mapeamento da primeira exposição de longa duração do MAFRO.....	90
Fig. 13	Arquivo Matriz	98
Fig. 14	Ficha de Identificaçãodo Objeto	102
Fig. 15	Arquivo Dinâmico	104
Fig. 16	Página de abertura do site DocMAFRO/UFBA	106
Fig. 17	Página da coleção MAFRO relativa à apresentação de objetos de madeira	107
Fig. 18	Exemplo de visualização dos objetos do acervo	108

Fig. 19	Metadados relativos ao objeto visualizado
	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Grupo de Informação sobre Descrição	60-61
Quadro 2	Peças da coleção de cerâmica:diferentes tipos de parto ...	92-94
Quadro 3	Indicações descritivas	99

LISTA DE SIGLAS

CEAO	Centro de Estudos Afro Orientais da Universidade Federal da Bahia
CIDOC/ICOM	Comitê Internacional para a Documentação
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IFAN	Instituto Francês da África Negra
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAFRO	Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	O OBJETO DE MUSEU: CONCEITUAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO	27
	2.1 O objeto musealizado e sua relação com a dimensão social	27
	2.2 O objeto e sua transformação em documento no museu	29
	2.3 A documentação de acervos museológicos	34
3	O PROCESSO DA DOCUMENTAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS	41
	3.1 Aspectos da Documentação Descritiva: Documentação e Linguagem	41
	3.2 A organização do conhecimento: catalogação, classificação, indexação e representação do conhecimento	44
	3.2.1 A catalogação	46
	3.2.2 A classificação	49
	3.2.3 A indexação	52
4.	A GESTÃO NA INSTITUIÇÃO MUSEU	55
	4.1 Gestão: conceito, abrangência e práticas	55
	4.2 Referências para normatização da gestão de acervos	58
	4.3 Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do CIDOC-ICOM	59
	4.4 A norma SPECTRUM	61
	4.5 Os Roteiros do CIDOC e o Glossário da Norma SPECTRUM	64

4.6	Os textos de referência no cenário da documentação de museus na atualidade	67
5	O AMBIENTE EXPERIMENTAL	
69		
5.1	A instituição museu e seu contexto	
69		
5.2	A coleção do MAFRO: características principais	
72		
5.2.1	Pierre Verger e a criação da coleção do MAFRO.....	
73		
5.2.2	O acervo do MAFRO na atualidade	
76		
5.3	Diagnóstico do MAFRO	
79		
5.3.1	Motivação e definição: conhecendo o espaço de pesquisa	
79		
5.3.2	A documentação encontrada e seus pontos críticos	
81		
5.3.2.1	Documentos do MAFRO: documentos organizados	84
5.3.2.2	Documentos não organizados em pastas	
88		
5.4	Seleção de peças para objeto de estudo	
90		
6	CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DO ACERVO	95
6.1	Diretrizes adotadas	
95		
6.2	Procedimentos em método	
95		
6.2.1	A criação do Arquivo Matriz	
96		

6.2.2	A modelagem da Ficha de Identificação do Objeto.....	98
6.2.3	Um modelo compacto ou Resumo Dinâmico	103
6.3	Chegando à aplicabilidade: a plataforma Tainacan	104
6.4	Reflexão sobre o trabalho e propostas de encaminhamento	110
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre os critérios para a organização do conhecimento do acervo do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, o MAFRO/UFBA (MAFRO), utilizando-se de instrumentos de gestão para uma padronização da documentação do acervo museológico. Especificamente, busca enfatizar a importância da definição de etapas para a organização do conhecimento na instituição, considerando a dimensão social do acervo do Museu, discutindo estratégias para implementar um sistema de documentação na perspectiva da informação enquanto conhecimento, atentando para as particularidades referentes aos procedimentos técnicos, questões referentes à segurança do acervo, preservação e sociabilização das informações ao seu respeito, bem como sua recuperação. Ademais, visa também adequar parâmetros para um melhor desempenho da plataforma de disponibilização virtual das coleções mantidas pela instituição.

A motivação inicial desta pesquisa tem como ponto de partida uma avaliação crítica da organização dos documentos do MAFRO, instituição criada na década de 1980 que abriga, desde então, um acervo de peças divididas em duas grandes coleções: a Africana e a Afro-brasileira, organizadas por Pierre Verger, e também a resultante de muitas doações da comunidade baiana, dos grupos religiosos de matrizes africanas e de instituições nacionais e internacionais.

Trata-se de um acervo etnográfico de valor inestimável que, na contemporaneidade, se depara com um quadro social que exige visibilidade às contribuições do povo negro para a sociedade brasileira. Neste sentido, com o advento da Lei Federal 10.639/03, tornou-se um acervo procurado por pesquisadores do Brasil e do mundo, além de servir ao propósito de ações educativas por parte de escolas públicas e privadas.

Diante da inquestionável peculiaridade do objeto de estudo, optou-se por implantar uma política de gestão de acervo que estabelece critérios sobre aquilo que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido, aspecto inerente ao ofício da preservação da memória na área do patrimônio cultural. Com isso, preservar deve ser entendido como uma ação política, que permeia toda e qualquer atividade

relacionada à guarda, proteção, conservação, documentação e disseminação da informação.

Gestão significa administração, ação de gerir, de administrar, de governar ou de dirigir negócios públicos ou particulares. Quando aplicada ao museu, a gestão diz respeito ao conjunto de ações técnicas e administrativas que viabilizam o funcionamento da instituição.

A gestão de acervo, por sua vez, apresenta-se como um mecanismo que permite o acesso a uma gama de informações, a partir das quais são elaboradas condutas para a detecção e o enfrentamento de problemas, visando atingir o melhor resultado para garantir a integridade das coleções. Para a sua implementação, é exigida uma observação da instituição de forma ampla, com a análise dos processos de trabalho considerando as atividades cotidianas que estão para além do processamento técnico das peças armazenadas.

Deste modo, a pesquisa se propõe a apresentar um produto textual que amplia a compreensão da representação do conhecimento acumulado pela instituição, seja via visita presencial ou através de seu suporte digital. A comunicação é a culminância desta iniciativa, observando-se o resultado do curso, na forma de uma monografia, como vetor para tornar visível, de acesso fácil, o que será cada vez mais preservado, na medida em que só se protege aquilo o que é conhecido.

A análise documental é a porta de entrada para o tratamento da informação e, tomando como objeto de estudo a gestão de um acervo museológico, a criação de um sistema de documentação foi proposta como uma ferramenta capaz de aprimorar a gestão de coleções e documentos.

No primeiro contato com o museu, o que havia me incomodado era a escassez de dados sobre os objetos existentes no museu. O problema da pesquisa, então, foi formulado no sentido de definir se existiam ou não existiam documentos sobre o acervo do MAFRO. Outros problemas se colocaram: a questão estava relacionada com a organização da informação e do conhecimento? Ou estávamos diante das consequências das políticas adotadas pela instituição para com o acervo, ou a forma como foi conduzida a gestão da instituição ao longo dos 35 anos de existência do museu?

Neste sentido, com relação ao quadro encontrado no MAFRO quando iniciadas as pesquisas, destaca-se que as variáveis disponíveis para a indexação

das informações relativas às peças limitavam o seu potencial informativo, na medida em que a maior parte da coleção possuía apenas uma listagem de controle, ou, ainda, fichas catalográficas parcialmente preenchidas, que não alcançavam a procedência das peças, suas condições de aquisição e de incorporação ao acervo.

A situação encontrada na instituição estava em consonância com o que pode ser visto em parte significativa das instituições museológicas, onde, apesar dos avanços e desdobramentos das áreas da informação, documentação, comunicação e tecnologias da informação, as ações dos documentalistas permanecem restritas, na maior parte dos casos – e principalmente no Nordeste do Brasil –, aos levantamentos (inventários) e às fichas e registro.

Este tipo de documentação “tradicional” é feita sem que se perceba que durante o desenvolvimento dos procedimentos técnicos lida-se com termos e processamentos, denominados por Cerávolo e Tálamo “tratamento da informação”, que se caracteriza por se constituir em um processo de representação empreendido através de linguagem construída para esse fim (linguagens controladas ou LDs) (CERÁVOLO e TÁLAMO, 2000, p. 248).

A dissertação apresentada se utiliza de observações desta experiência de tratamento da informação e incorpora inquietações que dizem respeito ao fato de que apenas disponibilizar a informação não atende às necessidades da instituição na contemporaneidade, sendo imperativa a proposição de algo que melhor contextualize os objetos, permitindo que a informação como coisa – base da atividade documentária –, se desenvolva como um processo e gere conhecimento (BUCKLAND, 1991).

Um sistema de informação que atenda à instituição observada deve acomodar dados referentes ao contexto de origem das peças, associando às mesmas símbolos e significados; Deve registrar, compilar e reunir dados tendo a gestão como propósito, devendo realizar apropriações das contribuições da Museologia e da Ciência da Informação, quer de seus estudos teóricos e metodológicos sobre o tema da documentação, que extrapolam a criação de itens e metadados, quer de seus princípios pragmáticos.

A atitude interdisciplinar é importante no processamento de acervos, destacando-se que “a documentação é memória, seleção de ideias, reagrupamento de noções e de conceitos, síntese de dados. Trata-se de triar, de avaliar, de

analisar, de traduzir, de encontrar respostas para necessidades específicas” (CINTRA e outras, 2002, p. 39).

A partir das observações de Cintra e outras (2002), não são relevantes apenas os registros documentais, mas também os objetos musealizados que passam a ter a dimensão de documentos, considerando estes últimos como “qualquer indicação simbólica ou concreta, preservada ou guardada” (BUCKLAND, 1997), podendo ser denominados objetos-documento.

A reflexão aqui desenvolvida baseou-se na análise crítica dos documentos que compõem o acervo do MAFRO sob a ótica do Patrimônio Cultural. Entendeu-se que os bens que estão sob a guarda do museu compõem o acervo afro-brasileiro e fazem parte da história de toda a sociedade.

Deste modo, partindo-se do pressuposto de que a “cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2005, p. 41), o diagnóstico dos objetos-documento existentes no museu indicou a necessidade do aprofundamento de estudos específicos a respeito das peças, de modo a permitir sua apresentação de forma adequada ao público, colaborando assim na afirmação e desmistificação de questões referentes, inclusive, à identidade cultural, ampliando a percepção e a compreensão quanto à dimensão social do referido acervo.

A dimensão social do conhecimento, por um lado, permeia as análises e as abordagens sobre patrimônio, identidade, cultura, em referência a um processo de transformação estrutural das sociedades avançadas. Vincula-se à “revolução tecnológica, à globalização econômica e cultural, e à habilidade de gerar conhecimento e de processar informação” (CASTELLS, 1999).

Por outro lado, em se tratando de organização do conhecimento, há de se levar em conta as observações feitas por Burke (2003), quando apresenta a ocupação de preservar, classificar e representar o conhecimento criando seus sistemas, fosse através da árvore de Porfírio, ou através de embriões do que hoje se conhecem por organogramas, provando que, nos idos do século VI, estavam os humanos explicando o conhecimento de forma perfeitamente inteligível, matéria que os ocupa ainda hoje.

Pode-se dizer que documentar é organizar (CERÁVOLO, 2007), de modo que a dimensão aplicada da organização do conhecimento só é possível com o

“estabelecimento de estruturas que representem o conhecimento produzido e possibilitem a sua disseminação” (LIMA, 2013, p. 44).

Enquanto estrutura, o sistema de organização do conhecimento, o desenvolvimento de ações aponta para a "apresentação sistemática" (AUSTIN, 1993, p. 63) de atividades cada vez mais elaboradas, onde se vê

[...] a informação como uma relação estabelecida entre dois lugares, o primeiro, a periferia, o segundo, o centro, sob a condição de que entre os dois circule um veículo, que denominamos forma, mas que para insistir em seu aspecto material eu chamo de inscrição (LATOUR, 2004, p. 40).

Considerando o suporte, em relação aos museus “os aparatos tecnológicos são bem-vindos, sendo cada vez mais oportunos e resolutivos se devidamente utilizados, desde que se considere o sistema de Informação em sentido amplo” (FROHMANN, 2008, p. 20), como mostram as contribuições da Ciência da Informação.

No âmbito da ECA/USP, ainda que não tenham sido identificados trabalhos acerca do MAFRO, existem duas dissertações de mestrado elaboradas por museólogas, ambas apresentando abordagens sobre a documentação de acervos museológicos, que estão alinhadas com as abordagens da organização do conhecimento.

A primeira é intitulada "Museologia e Ciência da Informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de roupas brancas", de Ana Karina Rocha de Oliveira, 2009, que procura identificar, a partir do processo de documentação museográfica de uma coleção têxtil, mecanismos metodológicos da Ciência da Informação que auxiliem no trabalho da documentação, organização e disponibilização da informação em museus.

O segundo trabalho tem como título "Documentação em Museus e Objeto-Documento: sobre noções e práticas", de Juliana Monteiro, 2014, que, por sua vez, analisa os usos dos termos documentação, documento e objeto no contexto da área de museus. Ambas as pesquisas contribuem para a discussão dos conceitos referentes à documentação em museus, assunto que constitui o pano de fundo do presente trabalho.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa ora apresentada pode ser classificada como exploratória, com uma abordagem etnográfica, em consonância

com o caráter das coleções abrigadas no MAFRO. O método escolhido para o projeto será o hipotético-dedutivo, definido por Karl Popper, que apresenta o seguinte esquema: Problema – Hipótese – Dedução de consequências observadas – Tentativa de Falseamento – Corroboração. No terreno da Ciência da Informação, a Linguística Documentária constitui um campo de estudo que se propõe a observar os problemas que caracterizam a linguagem documentária, analisando o funcionamento da linguagem para tratamento da informação tanto no que interessa a sua construção, quanto no que circunscreve os propósitos metodológicos para a construção de produtos (LARA e TÁLAMO, 2007).

O desenvolvimento das atividades tem como parâmetro os esforços do CIDOC-ICOM no sentido de atualizar os museus, ao recomendar o uso das tecnologias digitais como ferramentas, de modo a minorar as “desigualdades e assimetrias na disponibilidade de conhecimento e recursos de informação” (GOMEZ, 2000, p. 10). Para tanto, foram observadas as recomendações para o processamento técnico das informações nos museus presentes, a título de exemplo, na norma Spectrum.

Além das recomendações indicadas pelo CIDOC-ICOM, que receberam atenção especial no trabalho de pesquisa, também foi observada a proposta da Análise Documentária que “se define como uma atividade metodológica específica no interior da Documentação, que trata da análise, síntese e representação da informação, como objeto de recuperá-la e disseminá-la” (CINTRA, 2002 e outras, p. 34).

Dentre as recomendações metodológicas da Análise Documentária, destacam-se as linguagens documentárias que, no Museu, constituem instrumentos que visam prover referências para a representação e a recuperação da informação, tendo em vista o alcance dos objetivos previamente estabelecidos.

A pesquisa foi desenvolvida com base nas observações realizadas durante a etapa de pré-produção da sistematização do acervo, bem como das reflexões feitas durante o período deste Mestrado Profissional. À época, o reposicionamento das peças na reserva técnica expôs as fragilidades de sua documentação, observando-se, por exemplo, o agrupamento de objetos sob as mesmas numerações, situação que, além de mascarar a dimensão da coleção e dificultar o seu registro e controle adequados, ocultava objetos e sua significância.

A metodologia da pesquisa adotada na presente dissertação também se utiliza da amostragem, uma vez que para propor uma aplicação da organização do conhecimento no Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, fez-se um recorte do acervo, destacando-se a abordagem de Minayo (1992), onde uma boa metodologia é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Neste caso específico foi feita uma amostragem, um recorte do todo, ou seja, a coleção Africana que é composta por muitos objetos, escolheu-se peças de cerâmica produzidos pela etnia *fon*, que representam os diferentes tipos de parto.

Em linhas gerais, para alcançar os objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico e análise dos documentos historiográficos da instituição que referendam o acervo; cruzamento de informações entre os objetos-documento, em dois contextos, no Museu Afro-Brasileiro e na Fundação Pierre Verger, observando os critérios específicos que compõem os documentos; análise da norma Spectrum, visando propor e implantar melhorias de desempenho e, principalmente, ampliar a base de dados com elementos referentes à descrição, análise iconológica e histórica das peças; consolidação dos resultados das pesquisas e produção de discussão quanto à performance do sistema de informação do MAFRO, considerando a necessidade de preservação cultural, bem como a disseminação e a sociabilização das informações.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro a presente introdução, onde são apresentados em linhas gerais a pesquisa, a organização do conhecimento como objeto de estudo e a forma analítica que se escolheu para discutir e representar o conhecimento no formato textual dissertativo.

O segundo capítulo, tem como tema o objeto de museu, onde é apresentada a sua conceituação, aspectos de sua documentação e gestão. Nele é abordado o objeto musealizado e discutida sua dimensão social através da teia que envolve as questões do patrimônio cultural. Observa-se também a contextualização do objeto no museu e as múltiplas camadas de informação que lhe são sobrepostas quando este passa a compor uma coleção museológica, adquirindo o status de objeto-documento. Neste capítulo são brevemente apresentadas as contribuições da Ciência da Informação para a Documentação de acervos museológicos, a partir de uma seleção de autores que, embora associados à Ciência da Informação, atuam na Museologia. O capítulo é finalizado com uma discussão sobre a gestão de acervo: o

que é, como acontece a gestão e de que maneira as instituições nacionais e internacionais estão buscando normatizar a documentação dos acervos museológicos.

No terceiro capítulo são observados aspectos da organização do conhecimento: a catalogação, a classificação e a indexação que tratadas de maneira introdutória, mostram que os documentos do museu também necessitam de padronização, e que mais importante do que estar no espaço virtual e disponível na Internet, o acervo precisa ser devidamente tratado via processamento técnico apoiado em metodologias, de modo que se estabeleçam entradas de dados para que os mesmos sejam passíveis de registro, entendimento e recuperação.

O quarto capítulo aborda o ambiente experimental. Iniciando com a apresentação do MAFRO, destaca-se a importância do antropólogo Pierre Verger no processo de aquisição do acervo, bem como de sua participação no projeto expográfico. Neste capítulo são apresentadas fotografias da exposição de longa duração montada na década de 1990 e desmontada em agosto de 2018, além de exemplos de registros da documentação institucional.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação das ações práticas desenvolvidas na reserva técnica do MAFRO. Trata de dar visibilidade à reflexão desenvolvida neste mestrado profissional, bem como apresentar alguns dos produtos elaborados como exemplo, as etapas de sistematização da documentação da instituição, o modelo de gestão sugerido e os possíveis encaminhamentos.

Espera-se que esta dissertação contribua para a reflexão e a prática da documentação em museus.

2 OBJETO DE MUSEU: CONCEITUAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO

Neste capítulo será analisado o objeto musealizado, levando-se em consideração o que ocorre após a sua entrada no museu, momento em que é possível observar que a sua relação com a dimensão social está vinculada com questões que permeiam o patrimônio cultural.

Construir uma concepção de bem cultural que represente o coletivo no Brasil, não foi e dificilmente será uma ação pacífica, pois se trata de assunto envolto em conflitos que se estendem por diversos setores. Assim, a musealização do objeto lhe agrega valores e na instituição museu é ele, o objeto, o seu documento.

2.1 O OBJETO MUSEALIZADO E SUA RELAÇÃO COM A DIMENSÃO SOCIAL

A leitura dos objetos musealizados, independentemente da forma como os mesmos são apresentados aos diferentes públicos, passa pela consideração de que eles são bens culturais ainda que não tenham o mesmo significado para todos os visitantes.

O conceito de patrimônio cultural, enquanto “algo que se herda”, tem suas raízes na Europa como expressão que designa

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

Esta visão do patrimônio cultural como um bem destinado a usufruto coletivo é carregada de intencionalidade, e visa ser o meio de aproximar pessoas de um mesmo grupo social. Este ponto de vista francês foi incorporado pelo Brasil através das ideias de Mário de Andrade, sendo institucionalizado como política federal de preservação a partir da criação do “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, estabelecido com a publicação do Decreto-Lei nº

25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (CHUVA, 2012, p. 148).

Ao tratar da história da institucionalização do patrimônio através dos feitos de Mario de Andrade, Márcia Chuva (2012) destaca a tarefa hercúlea de unir interesses díspares em torno de um bem que a todos representasse e, portanto, pertencesse. Com isso, observa-se, desde o seu estado embrionário, que a noção de patrimônio cultural no Brasil já indicava a sua natureza conflituosa, precisando se tornar “maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas nem sempre harmoniosas.” (CHUVA, 2012, p. 152).

O patrimônio cultural, portanto, assim como a história, constitui um espaço de disputa onde vencedores e vencidos são representados de acordo com os recursos disponíveis para a análise e interpretação dos fatos, realizada sob a luz do momento vivido.

Em que pesem tais questões nas discussões sobre o patrimônio cultural, sua aceitação está aparentemente consolidada. O conceito assumido “de forma monoteísta, ou seja, sem contradições internas, que permitissem visibilizar as arbitrariedades históricas e as exclusões sobre as quais foi construída sua pretendida unidade” (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 157). Porém, esse conceito de patrimônio cultural carece de revisão crítica na medida em que, em seu bojo, representa apenas uma versão histórica das muitas culturas que constituem o nosso panorama cultural no presente, encarregando-se de congelar para a posteridade os grupos contemplados e mantendo silenciados os relegados à exclusão.

Contrariamente, as discussões sobre o patrimônio cultural, pautadas em parâmetros oferecidos pela diversidade cultural, cumprem um papel social de grande relevância porque permitem estabelecer uma ponte entre as origens dos testemunhos de outrora e os atores do presente, valorizando a criação humana e suas tradições. Esta seria a razão

[...] pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas (UNESCO, 2002, pág. 4).

Os acervos que integram o patrimônio cultural têm uma dimensão social, que pode ser observada através da representação de valores. Por isso, a dimensão

social dos acervos comporta questões políticas que se fazem presentes na seletividade do que será preservado ou descartado, além dos aspectos culturais que serão selecionados porque são considerados importantes para o futuro. O patrimônio cultural é, por isso mesmo, o resultado de uma seleção, sendo geralmente pautados por valores hegemônicos.

A dimensão social, parte da engrenagem do patrimônio cultural que documenta, conserva e preserva de acordo com interesses definidos pelas políticas culturais, não estando limitada aos muros institucionais dos museus, bibliotecas e arquivos, na medida em que interfere decisivamente no modo como a sociedade enxerga a si própria do ponto de vista de sua representação cultural.

A dimensão social é indissociável do objeto, visto que a partir de sua seleção e entrada na instituição museológica são agregadas novas informações, inseridas em um sistema de gerenciamento, alimentado de perguntas e respostas, estabelecendo uma narrativa do objeto. Com isso, o contexto do objeto antes da sua entrada no museu é a base a partir da qual podem ser formuladas respostas às indagações a respeito de a sua origem, função e utilidade.

Ao abrigarem coleções constituídas por objetos criados ou coletados por humanos, observa-se que as questões sociais são inerentes aos museus, manifestando-se através de sua vinculação com as histórias de pessoas, lugares, aspectos cotidianos, expressões artísticas, modos de vida e diversas outras formas de representação do existir. Seja pela presença ou pela ausência dos objetos, as questões sociais são sempre partes das possíveis abordagens dos museus.

2.2 O OBJETO E SUA TRANSFORMAÇÃO EM DOCUMENTO NO MUSEU

A inserção do objeto no espaço museológico é uma ação que faz parte da linha tradicional da formação das coleções e consequentemente do acervo no museu. Este é um ponto importante quando está em voga a formação de acervos etnográficos, visto que este é um campo que, a partir dos objetos, pode propiciar análises acerca das culturas, tradições, costumes e formas de viver de determinados povos.

Ao produzir seus utensílios do cotidiano os humanos inscrevem seus traços culturais e transmitem suas mensagens através dos objetos. Isto é de suma

importância para o reconhecimento de grupos sociais extintos, cuja identificação só é possível através dos estudos sobre as técnicas de processamento das matérias-primas e interpretação de grafismos, dentre outros temas vinculados às análises e interpretação da cultura material e de abordagens arqueológicas.

No campo de pesquisa da cultura material, verifica-se uma aproximação da preservação dos objetos com uma necessidade da sociedade em rememorar o passado, alimentando o desejo de preservar todos os vestígios da vida cotidiana, inclusive os mais recentes, expressado em uma excessiva preocupação com o amanhã.

A instituição museu tem no objeto o seu principal documento, de modo que a análise sobre o mesmo deve respeitar as particularidades inerentes à sua natureza, principalmente em se tratando de um acervo etnográfico¹, como no caso em estudo nesta dissertação. Para o museu, os objetos armazenados constituem documentos a serem analisados, estudados, sendo inferidas deles informações que alimentam o processo documental descritivo.

No âmbito da Documentação, seguindo uma proposta de Paul Otlet, “tudo” pode ser considerado documento. Na mesma linha, Suzanne Briet considera documento “qualquer índice concreto ou simbólico, preservado ou registrado para representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951 citado por SMIT, 2008, p. 13).

Em outra definição, o documento é a “expressão simbólica abstrata que pode ser fisicamente fundamentada várias vezes e em várias mídias” (LUND, 2009, p. 29), definição que contempla tanto o aspecto físico quanto o virtual. Neste caso, o objeto também pode ser visto enquanto documento, como suporte de informação, como algo que transmite uma mensagem ou comunica algo, ao mesmo tempo em que é utilizado como testemunha das ações do cotidiano.

Através do objeto é acessada uma gama de informações que precisa ser inferida, visto que “todo objeto tem em si uma profundidade metafórica”, remetendo “a um significante” (BARTHES, 1996, p. 3), definição que reafirma o papel da cultura material em permitir o levantamento de informações para o desenvolvimento de análises sobre hábitos culturais, não sendo possível desconhecer

¹Na documentação do MAFRO dos anos 1970, o acervo é caracterizado como etnológico. Na atualidade, observa-se o entendimento de que o termo etnográfico qualifica de forma satisfatória a coleção, dado o seu caráter mais abrangente.

[...] que os artefatos – parcela relevante da cultura material – se fornecem informações quanto à sua própria materialidade (matéria prima, e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções etc), [eles] fornecem também, em grau sempre considerável, informações de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação, refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e os consumiu (MENESES, 1983, p. 107-108).

Tomando o posicionamento de Meneses (1983) como referência, observa-se que como objeto do museu, o artefato carrega consigo as informações materiais e relacionais, conceito que pode ser associado ao proposto por Susan Pearce, segundo a qual, “o artefato tem material, história, ambiente e significado” (2005, p.17), elementos que constituem o ponto de partida para análise durante o processamento das informações no museu, que passa necessariamente pela descrição física do mesmo e sua contextualização.

A inserção nomes e números sobre as peças do acervo do museu dentre outros dados, não acontece de forma aleatória. Ao contrário, as informações sobre os objetos são atribuídas a partir dos elementos referências da peça e são também construídas segundo pontos de vistas específicos a partir de uma política de informação.

O objeto retirado do seu espaço original, ao ser inserido no museu, passa a ser testemunho de uma determinada realidade, pois “nos museus, a justificação e a validação de sua existência se dão em função ou a partir do objeto enquanto documento” (LOUREIRO, 2008, p. 27).

É o objeto o documento no museu e é potencialmente a fonte de obtenção dos dados a serem registrados, ainda que atribuídos pelo técnico que examina a peça; são pistas na materialidade.

O museu nas suas diversas modalidades e em escala diferenciada é uma plataforma capaz de articular solidariamente funções científico-documentais, culturais e educacionais. Isso significa que informação, conhecimento, fruição estética, sonho, devaneio, formação da sensibilidade e do espírito crítico, ‘alfabetização’ sensorial, referências de memória e identidade etc.etc.etc. podem desenvolver-se alimentando-se mutuamente. Essa solidariedade é um privilégio do museu, que em outras instituições pode existir de maneira muito mais frágil ou descontínua (MENESES, 2010, p. 16).

Na atualidade, “a civilização da informação e da comunicação escolhe, como referência para sua memória, o museu” (CRIPPA, 2016, p. 150). Desta forma, o

objeto no museu é indissociável das questões relacionadas à cultura, considerando as ações humanas como formas de sua expressão.

Segundo as abordagens dos antropólogos, “o papel do objeto material na vida social é também o da comunicação, como também o de serem sinais diacríticos de posição e identidades” (GONÇALVES, 2007, p. 21). Com isso, “acredita-se que os objetos demarcam e expressam parte de um sistema de símbolos que é condição de vida”.

Os estudos de cultura material nas instituições museológicas “estabelecem laços de cumplicidade e de dependência que têm sido visíveis por intermédio da complexidade das análises e da produção científica correspondente” (BRUNO, 2009, p. 19), viabilizadas pelo objeto e pelo tratamento museológico que atua de modo a agregar valor sem, contudo, anular a sua história anterior.

Portanto, é possível dizer que através das instituições museológicas são atribuídas informações aos objetos, que passam a ser observados como referências materiais, destacando-se que o processo de musealização acrescenta uma nova composição informativa à peça, que reflete a política específica da instituição.

Nesse sentido, uma das tarefas principais para a construção da informação tem sido a de “participar nos processos organizacionais de estabilização dos discursos sociais, colocando marcos, formalizando padrões e identificando relações de procedência e pertinência” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999, p. 5).

Tomando como ponto de partida o tratamento do documento na instituição museu, percebe-se que o registro das informações contidas nos objetos é de grande relevância. Segundo Peter Van Mensch, um objeto de museu não é apenas um objeto, é um objeto selecionado, classificado, conservado e documentado, que passa a ser visto como um fragmento de uma realidade, elemento de comprovação. Nessa abordagem interessa observar os objetos como portadores de dados:

Disciplinas, como a história da arte, arqueologia, antropologia, história natural, etc. desenvolveram suas próprias suas próprias linhas de abordagem quanto ao conteúdo informacional dos objetos. Essas abordagens geralmente são direcionadas apenas para um aspecto e podem ser descritas como fechadas. Na Museologia, uma abordagem aberta deve ser desenvolvida. Um conceito essencial na Museologia é o objeto de fonte ilimitada de informação (MENSCH, 1992, p. 95).

Quando observado no museu, o objeto precisa de tratamento específico para atender à sua constituição tridimensional, e às características que, segundo Mensch, podem ser classificadas como intrínsecas, que são físicas, e extrínsecas, que são subjetivas, atribuídas.

Além disso, para o autor, os objetos devem ser vistos como portadores de dados relativos às propriedades físicas, função, significado e informações históricas, conforme o sugerido para ser adotado na Museologia. Mensch oferece uma porta de observação sobre o objeto de maneira aberta, conforme o sugerido para ser adotado na Museologia. Esta análise aberta envolve a percepção de sua materialidade, bem como dados referentes ao contexto dos objetos.

O tratamento destinado ao objeto na Museologia e na Ciência da Informação pode ser entendido tomando as observações do autor citado. Enquanto que para a Museologia o documento tem o caráter de verdade, de testemunho (MENSCH, 1992), alinhado com esse pensamento do objeto-testemunho, segundo Bruno Brullon, o objeto não é somente mediador na difusão de conhecimento pelo museu – ‘objeto-testemunho’ – ele o é igualmente na interação social cotidiana. O que se propõe é a concepção dos objetos de museus como portadores de ‘socialidades’ (BRULON, 2015, p. 34). Para a Ciência da Informação, o documento é uma das versões da verdade, conforme a teoria crítica da Ciência da Informação defendida por (RON DEY, 2003, p. 93). Segundo este último autor, o documento não atesta nem testemunha, não apresentando esse cunho de prova.

Por outro lado, ao tratar das tradições para o uso da palavra documento, Lund (2009) sugere quatro abordagens: a legal, a histórica, a filológica e a digital. Ele fala que, segundo a tradição legal, o documento é entendido como lei, e prova o que é falso e o que é verdade. Segundo a tradição histórica, de um lado, sinaliza para a reconstrução da verdade, mas na perspectiva mais contemporânea, que segue Foucault, o documento “não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram ...: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, totalidades, séries, relações”(FOUCAULT, 1987, p.7).

Para se estudar o documento, é necessário realizar um levantamento de aspectos variáveis e invariáveis. Os variáveis regem a compreensão das questões subjetivas, referentes aos elementos extrínsecos, ou atribuídos, correspondendo aos aspectos que dependem da leitura de quem faz a observação e o registro,

relacionados ao pensar do pesquisador ou documentalista, e da instituição na qual se realiza o processamento. Essa observação se fará presente como uma interpretação do passado à luz do momento atual. Os componentes invariáveis, por sua vez, são elementos intrínsecos, estáveis da peça, como suas dimensões e informações sobre o seu material constitutivo e técnicas utilizadas na sua produção.

Na presente dissertação a análise do objeto busca uma melhor compreensão da documentação estudada, bem como os aspectos que fazem dos objetos os documentos do museu.

2.3 A DOCUMENTAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Neste trabalho o ato de documentar compreende um dos aspectos vistos como prioritários no museu de hoje, integrando os novos desafios de sua relação com a sociedade. No entanto, na Declaração de Caracas, de 1992², já se entendia que a função museológica de documentar deveria explicar e orientar as atividades específicas de um museu como a coleção, conservação e exibição do patrimônio cultural e natural abordado como processo de comunicação. O que essa mesma declaração propunha era que os museus servissem de interação com comunidades, usando de recursos como processos e produtos culturais indo além de fontes de informação e instrumento de educação (Declaração de Caracas, 1992).

Um museu que atenda a essas condições requer a criação de mecanismos e garantias que culminem no acesso à informação e na possibilidade de interação com seus públicos. Com isso, no museu da contemporaneidade, a documentação se mostra um instrumento que desempenha simultaneamente um papel da gestão do acervo e um papel social via interação com a comunidade.

² Declaração de Caracas é um documento gerado e emitido durante o Seminário "A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios" realizado em Caracas na Venezuela no período de 16 de janeiro a 06 de fevereiro de 1992. No evento foram discutidos os seguintes aspectos: A inserção de políticas museológicas nos planos do sector de cultura; tomada de consciência do poder decisivo que esta tem para o desenvolvimento dos povos; Reflexão sobre a ação social do museu. Análise das proposições teóricas em torno dos museus do futuro; Estratégias efetivas para captação o controle dos recursos financeiros; Suportes legais e inovações de organização dos museus; O perfil dos profissionais para as instituições museológicas; O museu como início de comunicação. A essa declaração foi precedida pela carta de Santiago do Chile, quase pouco mais de 20 anos antes, propunha: em Santiago do Chile a "Mesa-Redonda sobre o desenvolvimento" e o papel dos museus no mundo contemporâneo". Essa reflexão foi o fundamento para o novo enfoque na ação dos museus na região. Entre seus postulados, estava a construção do Museu Integral, destinado a "situar o público dentro do seu mundo, para que tome consciência de sua problemática como homem-indivíduo e homem-social" (Caderno de Sócio Museologia, n.15. 1999, p. 244-245).

Questões referentes à cultura e à diversidade cultural interferem diretamente na forma como são realizadas a organização das coleções e impactam as informações sobre os acervos desde a sua origem, estando presentes na formação dos discursos sobre o que a instituição se dispõe a preservar ou relegar ao esquecimento.

Do ponto de vista da operacionalidade da documentação em museus, por vezes mencionada como museológica³, a autora brasileira Helena DodFerrez, afinada com os encontros internacionais indica que documentar compreende o conjunto de informações sobre cada um dos itens das coleções e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra, da imagem e da fotografia. Para a autora, a documentação na Museologia apresenta-se como um “sistema de recuperação de informação, capaz de transformar as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica, em instrumentos de transmissão de conhecimento” (FERREZ, 1991, p. 1).

Ao citar sistema de recuperação de informações, a mesma autora trata do que pode ser considerada a estrutura informativa dos objetos produzidos pelo homem, destacando que “são portadores de informação intrínseca e extrínseca, que para uma abordagem museológica precisam ser identificadas”. A autora não explicita o que são informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos.

Segundo Heloisa Barbuy (2008, p. 37) “a Documentação Museológica é a organização da informação sobre os acervos do museu, como base para todos os demais trabalhos institucionais, bem como para tornar a informação acessível a pesquisadores e público externo”. Esse conceito apresenta uma ação interligada aos demais trabalhos do museu, que tem na Documentação uma espécie de catalizador e difusor de dados dentro e para fora da instituição.

Já para Rosana Nascimento (1994, p. 35), a Documentação Museológica, é entendida como o “resgate de informações sobre o objeto, que tem como suporte algumas técnicas e procedimentos retirados da documentação da Biblioteconomia, que foram adequadas aos objetivos relacionados com a questão do estudo do objeto, sua segurança e controle”. Entende-se que embora a Documentação tenha sua matriz na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, o processo de documentar em museus trata do documento tridimensional e que, devido à natureza

³ Neste trabalho, o debate sobre a variação das denominações não será abordado.

de objeto que o documento representa para o museu, o processo documental se adaptou a demanda específica.

O desenvolvimento das ações no sistema de informação para acervos tridimensionais é diversificado, sendo que a Documentação Museológica compreende, uma série de tarefas cujos resultados são reunidos para se compor o sistema de documentação de museu. Verifica-se que na prática é possível a elaboração de um sistema compacto⁴⁴, tendo como ponto de partida um inventário e fichas de identificação que, ainda que reduzido a esses dois elementos, permitem documentar o acervo, desde que os registros tenham sido produzidos sem interrupções ou equívocos

Embora a literatura dê muita ênfase a informatização, a elaboração de um sistema de documentação em Museus não se restringe a um sistema informatizado. Ao contrário, o sistema está diretamente relacionado com a definição inicial sobre a estrutura organizacional da instituição, dos acervos e da política de informação relativa ao tratamento e divulgação dos objetos. Segundo Cerávolo, a documentação e o sistema de documentação “giram ao redor de três eixos: o administrativo (para gerenciamento das coleções), o curatorial (da pesquisa) e o documental (identificativo dos objetos/ coleções), sendo que cada um deles responde às necessidades informativas diferenciadas” (CERÁVOLO, 1998, p. 38).

Desta forma, compreende-se que existe a documentação desenvolvida para atender às demandas específicas do museu que, logo, pode ser denominada como Documentação Museológica.

Embora se verifique variação denominativa – documentação em museus, documentação museológica e documentação de acervos museológicos, proposta mais recentemente, que será adotado nesta dissertação este último termo para designar o conjunto de ações que buscam a organização dos dados referentes ao acervo, no sentido de assegurar o acesso às informações, assim como uma maior interação com o usuário de museu.

Na abordagem proposta, não será incluída a questão da conservação, muito embora os termos documentação e conservação sejam comumente utilizados juntos, em função da perspectiva da preservação, que se utiliza da documentação para o registro e descrição dos objetos; e da conservação quando analisa o controle,

⁴⁴ Aqui sistema compacto compreende um sistema documental composto de um inventário, fichas e documentos complementares mesmo que estes não atendam às normas de organização documental.

o acesso e manipulação dos documentos com o objetivo de preservar o suporte da informação, buscando, portanto, minimizar os danos causados pelo tempo sobre os objetos, descrevendo-os com melhor apuro de suas características materiais.

Observa-se que para assegurar a preservação faz-se necessário atentar para o papel e função dos padrões, porque não basta apenas organizar, é preciso criar mecanismos para a guarda, registro e recuperação da informação. É importante que se estabeleçam métodos e se criem instrumentos para a guarda e preservação.

Paul Otlet, já chamava a atenção para as questões relativas à criação de padrões, destacando a vocação destas instituições como centros de documentação para os objetos lá armazenados. Para Otlet, seguir requisitos significava a formação de coleções com método e sistematização e não ao sabor da sorte⁵ (OTLET, 1934, p. 357 e 358). Tais padrões de organização foram propostos considerando a situação anterior das coleções como repositórios de objetos raros e preciosos, tal como os Gabinetes de Curiosidades.

Na prática, a documentação enquanto fazer seguiu modelos advindos da biblioteconomia, a exemplo da proposta da bibliotecária Ivone Oddon, que dirigiu em Paris o centro de documentação do ICOM, modelando em seu trabalho “elementos de documentação museográfica”⁶. Sua proposta apresenta uma série de fichas de registros sob a forma de listas, fichários, fotografias, slides, registros sonoros, obras e documentos impressos.

A “documentação museográfica ou documentação de museus”, conforme o título do trabalho Oddon, de 1968, deveria “assegurar e preservar a identidade das coleções afim de facilitar a gestão administrativa, capaz de permitir sua apresentação, interpretação e estudo” (ODDON, 1968, p. 2). No curso ministrado em Jos, Nigéria, cujo conteúdo foi mimeografado em 1968, YvoneOddon recomendava que a documentação museográfica fosse repartida entre diversos serviços, bem ao modo da biblioteca: “o serviço de registro ou de inventário, o serviço de catálogo, a

⁵ Sobre este aspecto, contudo, é importante pontuar que, muito antes de Paul Otlet, observa-se o surgimento, no século XIX, das associações nacionais de museus, de cunho profissional, cuja maior preocupação envolvia questões de normatização e uniformização de critérios para a elaboração de inventários, catálogos e guias.

Deste modo, o cenário do desenvolvimento na área dos museus se configura a partir das associações de museus nos Estados Unidos e na Alemanha, e da criação da Oficina Internacional de Museus (OIM), após a Primeira Guerra. Cabe destacar também o pioneirismo da Espanha na criação de leis voltadas para a gestão de museus, e a criação de corpos técnicos profissionais especializados para atuarem na área que surgia (TORRES, 2002, p. 182).

⁶ Elements of Documentation Museographique. Jos Museum. Centre de formation de Techiciens de Musées. 1968.

fototeca e em caso de necessidade a filmoteca, fonoteca e a biblioteca”. No Brasil, desde o ano de 1986, o livro de Fernanda Camargo-Moro intitulado “Museu – Aquisição / Documentação”, dedicado a Ivone Oddon, de quem era amiga, segue o modelo de serviços e fichas.

Segundo Cerávolo e Tálamo, nos primórdios do ICOM, bem como do CIDOC/ICOM, foi de grande valia o apoio de Yvone Oddon, “que ajudou a moldar um esquema de classificação museológica para bibliotecas e centros especializados em museus” (CERÁVOLO e TÁLAMO, 2007, p. 3), referência a participação de bibliotecários no nascedouro das padronizações para a documentação para museus.

María Teresa Marín Torres, por sua vez, indica com muita evidência que a organização das coleções em museus se apoia na chamada documentação de acervos, como um importante instrumento de gestão para as instituições museológicas (TORRES, 2002, p. 179). A autora observa que as ações de documentar caminham para uma interligação entre as muitas áreas do museu, almejando um estado de eficiência que ela chamava apenas de “gestão de coleções” ou “gestão de acervo”.

A documentação de acervo museológico envolve procedimentos de natureza diversa, mas complementares. Pode-se sintetizar que a organização de acervos pode ser entendida sob dois aspectos: o primeiro diz respeito à organização intelectual, que compreende os meios de pensar a concepção do sistema de documentação; enquanto o segundo se refere à organização prática, que compreende procedimentos que visam o lidar diretamente com o objeto, ou seja, os procedimentos de registros informações, por exemplo, a denominação do objeto e o tipo de material que o compõe e etc.

Para Cerávolo, existem duas tendências no trato com a documentação: uma reflexiva, que segue perspectiva francesa e observa o objeto como documento e suporte de informações; e outra chamada de tecnicista, que visa os registros e o acesso rápido aos dados. Esta última é a linha norte americana, e nela busca-se o controle das coleções por meio de conexões entre registros, fichas e fichários, com o cruzamento de informações que podem ser recuperadas (2000, pág. 243).

O resultado dessas duas escolas é a documentação realizada nos museus da maneira como é conhecida no Brasil, observando-se essas duas abordagens, onde a teoria e os tratados franceses são utilizados para se explicar os fenômenos da documentação. A teoria norte-americana, por outro lado, se apoia nos registros e

sustenta a importância de uma prática desenvolvida por um profissional específico, que realiza os registros e procedimentos documentais ou documentários.

3 O PROCESSO DA DOCUMENTAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Neste capítulo serão abordados os procedimentos para se realizar o registro, a definição de classes e o desenvolvimento do mecanismo para a recuperação da informação. Este é o capítulo onde se evidencia a aproximação das duas áreas, Ciência da Informação e Museologia, na sua forma mais evidente.

Observa-se que os termos catalogação, descrição, classificação e indexação, termos comumente utilizados pela Ciência da Informação, também são conhecidos e utilizados nos processamentos técnicos da documentação de acervos museológicos, mas a compreensão e o desenvolvimento das ações acontecem de forma específica.

No Brasil, não há uma recomendação ou sugestão explícita de apresentação dos objetos documentados similar àquelas dos sistemas de classificação bibliográfica e dos tesauros para as bibliotecas e centros de documentação e/ou informação. Uma referência que não é necessariamente válida para a representação dos objetos de todos os tipos de acervos, que é o Thesaurus para acervos museológicos (FERREZ; BIANCHINI, 1987). Já, para a catalogação, hoje, o Brasil tem as recomendações da Instrução normativa do IBRAM publicadas em 2014, que fornecem a base para a delimitação da ficha de identificação e a da descrição do objeto museológico.

3.1 ASPECTOS DA DOCUMENTAÇÃO DESCRITIVA: DOCUMENTAÇÃO E LINGUAGEM

As operações de documentação acontecem por meio da linguagem, constituindo, assim, um instrumento de comunicação. A forma como um determinado grupo se comunica produz terminologia específica, a exemplo do modo como profissionais de uma determinada área de atuação denominam seus procedimentos típicos.

Segundo Smit, “a essência da documentação é uma questão de linguagem, portanto: traduz-se o conteúdo dos documentos em palavras, recuperam-se os

documentos através de palavras” (SMIT, 1986, p. 45). Elabora um circuito específico e eficiente de comunicação através da escrita, que uma vez aplicado, direciona o usuário ao conteúdo desejado, ou o pesquisador ao seu objeto de estudo.

A capacidade de comunicar recorre a signos linguísticos ou palavras, e a comunicação é tão mais eficiente quanto maior for o acordo na interlocução entre as partes. Segundo Martinet (1969) "uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável, de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fônica e em unidades distintivas sucessivas" (citado por CINTRA et al., 2002, p.14). A palavra, portanto, tem esse poder de transmitir, expressar pensamentos, comunicar ideias.

A linguagem não diz respeito apenas à língua, pois ela também é um dos instrumentos da linguagem. Neste sentido, “assim como as pessoas que pertencem à mesma cultura compartilham um mapa conceitual relativamente parecido, elas também devem compartilhar a maneira de interpretar os signos de uma linguagem” , visto que “só assim os sentidos serão intercambiados entre os sujeitos” (HALL, 2016, p. 38) e, deste modo, os signos fazem sentido permitindo o entendimento.

A linguagem é uma forma de viabilizar a comunicação, enquanto uma capacidade dos humanos em produzir, desenvolver e entender a língua e outras manifestações, tais como a pintura, a música e a dança, A está diretamente relacionada com a cultura, incorporando e transmitindo seus valores. Entre pessoas, o processo de comunicação mais comum se dá através da fala, que se utiliza da língua e pode ser definida por

[...] um sistema de signos e regras comprobatórias que, de fato, não se realiza completamente na fala de nenhum sujeito. Ela só existe completamente na massa, no conjunto de uma sociedade. Mas também é um conjunto de relações virtuais em permanente disponibilidade para o falante (CINTRA et al., 2002, p. 29).

A língua é um complexo sistema dinâmico que se alimenta no cotidiano “através de um acordo entre sujeitos”, onde “os sinais são apreendidos e compreendidos, realizando em sociedade o caráter simbólico da língua, condição do pensamento” (CINTRA et al., 2002, p. 30). Com isso, a língua, agrega e compacta signos e expressões, ressignificando palavras, refletindo modos de viver e formas de existir.

As diferentes formas de se representar o conhecimento são produtos da documentação, que ao utilizar a linguagem, promove a organização do conhecimento e a comunicação.

A relação informação/conhecimento pode ser observada a partir de três aspectos: enquanto o conhecimento é estruturado, coerente e frequentemente universal, a informação é atomizada, fragmentada e particular; enquanto o conhecimento é de duração significativa, a informação é temporária, transitória, talvez mesmo efêmera; enquanto o conhecimento é estoque, a informação é um fluxo de mensagens(CINTRA et al., 2002, p. 20).

O alcance da informação depende de como a mensagem emitida é recepcionada: depende do conhecimento dos signos e da forma de seu uso, que pode ser semanticamente marcado pela especialidade e particularidades das áreas de conhecimento e de atividade, numa relação comunicativa determinada. O resultado de se fazer entender depende de um acordo de comunicação e do estabelecimento de estratégias competentes. A “informação é um bem simbólico porque se elabora, se organiza e circula no interior da linguagem” (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9), razão pela qual sua comunicação em ambientes documentários depende, também, do conhecimento das formas e regras específicas da linguagem de especialidade em questão.

A linguagem pode ser entendida como um sistema, composto por regras e encadeamentos de funções. Para Arboit e Guimarães (2013, p. 3), há uma relação de indissociabilidade entre linguagem e conhecimento, defendendo-se, “portanto, que o conhecimento depende da linguagem para ser expresso, representado e organizado”. Além disso, os termos e conceitos possuem importância estratégica no processo de apropriação do conteúdo.

Na linguagem documentária, a linguagem natural é substituída por uma linguagem formatada para atender aos parâmetros específicos de uma determinada área do conhecimento. Ela é ‘controlada’ para garantir certa estabilidade dos conceitos, de modo que seu sentido seja compreendido no âmbito da área de conhecimento ou de atividade focalizada. O sentido das palavras em uma determinada área pode não ser o mesmo em outras.

A Museologia é uma área do conhecimento que se utiliza do processo de documentação que envolve a representação do objeto ou documento (a catalogação), bem como sua representação via linguagem documentária, que deve

recorrer a definições de termos e conceitos utilizados. A “informação documentada” obtida a partir do processo de documentação, é considerada o “objeto material da Ciência da Informação” (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 10). A linguagem documentária recorre às terminologias de domínios, que oferecem elementos para a delimitação dos termos e conceitos, dando suporte para o desenvolvimento das ações práticas consistentes de documentação.

A proposta de uma maior inserção dos estudos da linguagem na Museologia pode alterar estruturalmente o modo de fazer da área de documentação de acervo museológico, ao conduzir a parâmetros consistentes para o tratamento dos documentos.

A interlocução com as teorias da linguagem e a Ciência da Informação pode permitir que os museólogos documentalistas substituam o trabalho apoiado em manuais instrumentais por outro, conduzindo por orientação metodológica mais consistente. Ao relacionar teoria e prática, é possível tomar consciência da natureza do trabalho com a informação, realizar uma reflexão acerca da dimensão do significado dos termos a serem empregados nos registros e nas fichas de identificação de objetos e nos metadados. Trata-se, portanto, de prover maior sustentação teórica e metodológica para o trabalho de documentação nos museus.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: CATALOGAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, INDEXAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

O jogo de trocas entre a Museologia e a Ciência da Informação também se estende à classificação, indexação e representação do conhecimento.

A definição sobre a organização do conhecimento não é consensual, sendo constantemente cunhada uma nova explicação na tentativa de se obter um conceito mais adequado. Na realidade, as definições de informação variam conforme a área de conhecimento em que estão sendo enunciadas.

Na Ciência da Informação, o significado do termo é complexo, uma vez que organizar conhecimento é algo que exige método, normas e uma série de etapas previamente estabelecidas, que “tem como objetivo a representação da forma como

os conceitos se relacionam dentro de um domínio de conhecimento, gerando como produto a representação do conhecimento” (CAFÉ; BARROS, 2014, p. 88).

A organização do conhecimento (OC), está vinculada ao acesso ao conhecimento e pretende operar como instrumento de tratamento, gestão e uso da informação abrangendo de forma integradora os fenômenos e as aplicações vinculadas a estrutura, disposição, acesso e difusão do conhecimento, socializado, ou seja, registrado (GUIMARÃES; RABELLO, 2006, p.5).

A partir da citação acima, pode-se dizer que a organização do conhecimento funciona como instrumento de gestão para alcançar a socialização dos registros. Para tanto, é necessário a definição de metodologias, por meio de normas e de estruturação de linguagem específica. Segundo Dahlberg, “a organização do conhecimento [...] é a ciência que ordena a estruturação e a sistematização dos conceitos de acordo com suas características” (DAHLBERG, 2006 apud CARLAN; BRASCHER, 2010, p.55).

Ao olhar a realidade do museu, a organização do conhecimento é uma aliada, oferecendo metodologias que oportunizam uma observação mais apurada dos procedimentos técnicos e uma maior compreensão dos objetos e dos processos de sua representação. Consequentemente, sua aplicação enriquece as informações disponíveis acerca das coleções.

Em recente edição sobre organização do conhecimento no museu e seus desafios contemporâneos, observa-se a adoção de metodologias e práticas da Ciência da Informação na esfera do museu, entendido como instituição que “têm a tarefa de apurar e reorientar o conhecimento do passado, bem como estabelecer novas estratégias para criar, organizar e enriquecer os metadados de coleções para um futuro repleto de perspectivas diversas”⁷ (GILL, 2017, p. 471, tradução nossa).

Na área da documentação de acervo museológico, a criação de uma linguagem para a representação dos objetos e dos conceitos, deve ter como referência a terminologia e a linguística, de modo a permitir o aprimoramento da

⁷ “This timely special issue on museum knowledge organization reflects contemporaneous challenges and, more broadly, an adoption of information science methodologies and practices within the museum sphere. Museums are tasked with both remediating and repurposing knowledge from the past, as well as with strategizing new approaches for creating, organizing, and enriching collections metadata for a future filled with diverse perspectives” (GILL, 2017, p. 471).

documentação descritiva, ação de grande relevância quando o que está em pauta é a informação no museu.

A representação do objeto gera interpretações, normalmente via transição do concreto para o abstrato através do uso das palavras para representá-lo. Sobre este aspecto, é importante definir os conceitos para representá-los em linguagem controlada, não-natural, mas específica de cada área do saber ou de atividade trabalhada pela documentação, através da organização e uso de uma linguagem documentária.

A linguagem documentária, na ótica da escola francesa, funciona como uma espécie de metalinguagem. Gardin (1970) definiu a linguagem documentária como “conjunto dos símbolos através dos quais serão expressas as equivalências e as diferenciações introduzidas na fraseologia de um corpus em LN (Linguagem Natural) dado, para que apareçam as aproximações desejadas entre as palavras, grupos de palavras, proposições” (GARDIN, 1970, apud LARA, 2011, p. 102).

A recuperação do contexto das palavras no discurso de uma área viabiliza a comunicação na comunidade de discurso específica, permitindo a organização de um vocabulário específico, comum aos pares. No entanto, vale lembrar que alguns termos utilizados em uma determinada área do conhecimento ganham sentido absolutamente diferente em outra, como é o caso da palavra apropriação, que na Museologia se refere ao ato de se apropriar do conhecimento, em uma conotação positiva, enquanto no direito significa lançar mão de algo que não lhe pertence, assumindo o termo uma conotação negativa.

A organização do conhecimento se mostra como um campo de inúmeras atividades, onde a indexação e a classificação complementam o processamento descritivo da documentação. Não se trata de extrair informações sobre o objeto, mas de atribuir formas possíveis para sua representação.

3.2.1 A catalogação

A catalogação ocupa o espaço das representações descritivas sobre o documento, compreendendo uma atividade de normatização que deve seguir parâmetros definidos internacionalmente. Segundo Alexandre Matos

O procedimento de catalogação refere-se à compilação e manutenção de informação essencial que faculte a identificação e descrição dos objetos. Embora os termos catalogação e inventário sejam sinónimos, no contexto museológico, catalogação está associada ao processo de documentação de coleções, mais exigente do ponto de vista do conhecimento de dados representativos sobre a história dos objetos (MATOS, 2012, p.140).

A ficha de registro ou mesmo a ficha de identificação do objeto utilizada pelos museólogos, é um bom exemplo de catalogação, reunindo dados e informações sobre o objeto a ser identificado. Nela, é importante a amplitude das informações, para que se viabilize um entendimento da natureza do objeto, sua constituição e contexto onde estava inserido, dados que são úteis nos próprios museus físicos, ou no espaço virtual, onde constituem os metadados.

No entanto, a catalogação está para além da ficha de registro e, buscando referência na Ciência da Informação, pode ser considerada como “o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos” (MEY, 1987, p. 77).

Para se realizar a catalogação do acervo em um museu é necessário dimensionar quais são os dados que permitem representar um objeto e a que respostas eles devem atender. Nesse contexto, é muito importante definir o conteúdo de cada item de um registro, bem como denominá-los convenientemente.

A descrição do documento é uma das etapas mais complexas de se realizar no processo de catalogação do acervo. Por meio de palavras procura-se criar uma imagem para representar o objeto, de modo a que os públicos da informação consigam construir uma ideia do objeto-documento registrado.

Até o ano de 2008, descrever uma peça era um desafio, apresentava como ponto polêmico o fato de não se explicar se a descrição de uma imagem sacra, devia começar de baixo para cima ou vice-versa. No entanto era imprescindível que se registrasse os traços do rosto, a exemplo, o nariz aquilino e detalhes de panejamento.

As coisas mudaram a partir de 2014, com a Instrução Normativa nº 2 do IBRAM-Instituto Brasileiro de Museus, de 29 de agosto de 2014, que estabelece os elementos de descrição das informações dos acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos que devem declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais

Musealizados. O Art. 4º da Instrução Normativa⁸, estabelece para fins de identificação do bem cultural musealizado, os elementos de descrição para a identificação de bem cultural museológico. Com isso a descrição talvez não diga respeito a todas as possibilidades de representação dos diversos acervos abrigados pelos museus, mas é um novo momento a partir do qual há um caminho metodológico para que se estabeleçam referências desenvolvidas a partir das demandas surgidas das rotinas dos museus nacionais de forma a refletir diferentes perspectivas.

A descrição é um elemento de catalogação que visa informar, via mensagens, sobre itens atribuídos aos objetos sob descrição de modo a permitir uma espécie de diálogo entre acervo e usuário.

Em um espaço de atuações e contribuições recíprocas, onde o conhecimento de uma área é apropriado por outra área do conhecimento ou de atividade, num movimento de mútuas influências, a Ciência da Informação se aproxima da Museologia na década de 1960, quando

⁸ “a) número de registro - informação obrigatória do registro individual definido pelo museu para identificação e controle do objeto dentro do acervo; b) outros números - informação facultativa de numerações anteriores atribuídas ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais; c) situação - informação obrigatória da situação em que se encontra o objeto, o seu status dentro do acervo do museu, com a marcação das opções:

- 1- localizado;
- 2 - não localizado;
- 3 - excluído;

d) denominação - informação obrigatória do nome que identifica o objeto; e) título - informação facultativa da denominação dada ao objeto atribuído pelo autor, curador ou pelo profissional da documentação; f) autor - informação obrigatória do nome do autor do objeto (individual ou coletivo); g) classificação - informação facultativa da classificação do objeto segundo o "Thesaurus para Acervos Museológicos ou outros vocabulários controlados; h) resumo descritivo - informação obrigatória do resumo da descrição textual do objeto, apresentando as características que o identifique inequivocamente e sua função original; i) dimensões - informação obrigatória das dimensões físicas do objeto, considerando-se as medidas bidimensionais (altura x largura); tridimensionais (altura x largura x profundidade); circulares (diâmetro x espessura) e peso; j) material / técnica - informação obrigatória dos materiais do suporte que compõem o objeto, hierarquizando sempre a sua maior área confeccionada/manufaturada e a técnica empregada na sua manufatura;

k) estado de conservação - informação obrigatória do estado de conservação em que se encontra o objeto na data da inserção das informações;

l) local de produção - informação facultativa da indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado;

m) data de produção - informação facultativa da data ou período de confecção/produção/manufatura do objeto;

n) condições de reprodução – informação obrigatória com a descrição das condições de reprodução do objeto, indicando se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do objeto nos meios de ferramenta de divulgação;

o) mídias relacionadas - informação facultativa acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.” (IBRAM-Instituto Brasileiro de Musues, Art. 4º, IN nº 2, 2014)

[...] o CIDOC assumiu a tarefa de tratar de padronizações e da compatibilidade num plano internacional, entre registros de museus, recomendando o uso de etiquetas-padrão para a identificação do objeto, fichas catalográficas e inventários, cujos modelos foram planejados por Yvonne Oddon (CERÁVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 3).

No estudo ora empreendido, optou-se por entender que existe uma documentação de acervo museológico, termo entendido como documentação própria da Museologia, observando-se, porém, que esta recebeu grande influência do saber da biblioteconomia a partir de Yvonne Oddon e PauletteOlcina, bibliotecárias que atuaram de maneira decisiva junto ao CIDOC-ICOM, não apenas como participantes do processo, mas como integrantes da gênese da documentação da Museologia.

As bibliotecárias atuaram nos anos iniciais das atividades do CIDOC-ICOM, e estiveram muito envolvidas na criação do escopo do que viria a ser o órgão internacional mais importante para os museus, atuando na definição de protocolos de registro e emprestando o seu conhecimento para que um novo saber se consolidasse.

Desde Oddon, a catalogação tem encontrado caminhos próprios para se desenvolver na Museologia, preocupando-se com os procedimentos a serem adotados em museus, como se vê na norma SPECTRUM, que define o

[...] procedimento de catalogação como sendo a compilação e a manutenção de informações-chave que identificam e descrevem formalmente os objetos, podendo incluir informações de procedência, dentre outras utilizadas na gestão da coleção (ICOM, 2014, p. 55).

A norma SPECTRUM sugere que a política de acervo direcione as medidas para que se tenha maior segurança das ações desenvolvidas junto às coleções, pontuando parâmetros a serem atendidos pela catalogação, tais como: nível de descrição suficiente para indicar diferenças entre objetos ou grupos de objetos assemelhados; arquivo histórico relacionado ao objeto ou referências cruzadas direcionadas para as fontes onde as informações podem ser encontradas; e manutenção de um sistema que permita o fácil acesso às informações.

As premissas da norma deveriam ser adotadas por todos os museus e instituições de guarda de acervo museológico, valendo-se, assim, das recomendações do ICOM para garantir maior consistência dos seus métodos.

3.2.2 A classificação

É o processo de agrupar coisas, reunir de acordo com suas semelhanças. Classificar, segundo o CDU, é um meio de introduzir ordem em uma multiplicidade de conceitos, ideias e informações, organizando-as em classes, isto é, em grupos, coisas que tem algo em comum quando se tem como objeto livros e/ou material escrito.

Segundo Tristão, Fachin e Alarcon, a “classificação significa a ação e efeito de classificar, e classificar significa ordenar e dispor em classes” (2004, p.163). Com isso, é possível aplicar o “sistema de classificação conforme a finalidade, nos quais a classificação filosófica (ou classificação das ciências, classificação do conhecimento, ou classificação metafísica) são dirigidas para a definição ou hierarquização do conhecimento humano” (NUNES, 2007, p. 39).

É importante estabelecer premissas, criar desdobramentos para os itens e subitens, ou seja, classes subclasses, e recorrer a outras soluções escolhidas de acordo com as necessidades do trabalho a ser desenvolvido, destacando-se que

[...] os sistemas de classificação da informação consistem de três partes: um esquema de classificação que organiza nomes sistematicamente de acordo com suas similaridades; uma notação da classificação que substitui itens no esquema de classificação; um índice para tornar fácil para o usuário pesquisar a informação. O esquema de classificação final deve ter a função de representar o campo que é classificado (TRISTÃO; FACHIN; ALARCON, 2004, p. 164).

A classificação observada de maneira sistêmica é representada de modo a atender partes previamente estabelecidas, compreendendo uma forma completa de desenvolvimento do procedimento. Os sistemas de classificação, portanto, se apresentam como um mapa dividido em três etapas como as citadas anteriormente.

A ação de classificar estabelece subordinações que, tendo como ponto de partida as classes e subclasses, podem ampliar e se estabelecer enquanto sistema de classificação composto por toda a complexidade que se faça necessária. É sob tal perspectiva que os antigos classificavam o conhecimento, seja ele relativo às plantas, aos pássaros, e tudo o mais o que lhes tomava a atenção.

A classificação documental é um dos ‘tipos de classificação’ caracterizada por Tristão e outros. Segundo esses autores, “uma classificação designa-se como documental quando a sua utilização pressupõe a classificação de documentos ou outros tipos de informação, com o objetivo principal de facilitar a localização dessa informação” (TRISTÃO; FACHIN; ALARCON, 2004, p. 164).

Na Museologia a classificação é desenvolvida de tal modo que está relacionada com a tipologia, é uma forma de se fazer a classificação levando em consideração a produção humana, segundo Marilúcia Bottallo, neste caso, “a classificação é uma área relacionada à identificação a partir do vínculo cultural do objeto e/ou sua origem e/ou sua forma de confecção e/ou a forma como foi incorporado socialmente ou ainda, como sua contribuição para a coleção museológica é entendida” (2010, p. 74).

No museu a classificação é uma operação complexa, seja por conta da necessidade de descrever objetos distintos, ou pela ausência de padrões capazes de servir a diversos tipos de objetos. A terminologia é, muitas vezes, decisiva.

A classificação sintética também é particularmente útil quando a terminologia é ambígua. Alguém procurando por furadores usados no trabalho em couro gostaria de facilmente distinguir estes dos muito diferentes furadores usados para trabalhar madeira.

Um desafio que muitos museus enfrentam é que diferentes grupos podem incorporar significados diferentes ao mesmo artefato⁹ (SZOSTAK, 2017, p. 496, tradução nossa).

A atribuição de diferentes significados a um mesmo objeto pode ocorrer no museu, uma vez que o artefato pode fazer referência a contextos distintos, ocorrer em diferentes culturas e adquirir nomenclatura e significados diferentes. A classificação, portanto, pode apresentar objetos com as mesmas características ou destacar traços que diferem os objetos entre si. Mesmo em versões simplificadas, a classificação permite agrupar objetos e resolver as ambiguidades relativas às informações sobre eles, sendo esses seus objetivos principais.

Os museus procuram meios de interagir com o público através do uso de espaços virtuais, bem como de desenvolver mecanismos de segurança do acervo,

⁹ “Synthetic classification is also particularly useful when terminology is ambiguous. Someone searching for awls used in working leather would like to readily distinguish these from the quite different awls used for working wood.

One challenge that many museums face is that different groups may attach different meanings to the same artifact” (SZOSTAK, 2017, p. 496).

podem recorrer à classificação para dispor em ordem seus objetos e aos tesouros como recurso de representar o acervo e estabelecer vínculos com seus públicos.

Nas exposições virtuais, os museus assumem novas funções. As novas demandas referentes à ampliação do acesso às informações no museu estão relacionadas com a guarda e a recuperação da informação e do conhecimento, abrindo espaço para discussões que envolvem direitos autorais, no que tange a confecção das peças e os direitos de uso das imagens dos objetos.

As discussões sobre os diferentes aspectos que envolvem os espaços virtuais adentram as questões direcionadas às plataformas livres, aos custos necessários para se manter um espaço virtual de qualidade, e às possibilidades de se manter um site a um custo baixo. Nos sites, a organização da informação para o acesso é também orientada pelos tesouros, que fornecem sugestões de categorias para agrupar as informações. Com isso, alcança-se a melhor divulgação e o melhor aproveitamento dos conteúdos do museu.

A organização do conhecimento via classificação ou indexação constitui, enfim, um meio para tornar as informações do museu mais próximas de seus públicos.

3.2.3 A indexação

A organização do conhecimento se mostra como sendo um espaço de inúmeras possibilidades, onde a indexação e a classificação se complementam no processamento da documentação, estando relacionadas ao exercício de se extrair o maior número possível de informações sobre o objeto. Indexação é ordenar em forma de índice o que, na prática, é criar contexto, devendo atender a padrões previamente estabelecidos. Enquanto a classificação provê elementos para a localização física do objeto no acervo, a indexação responde pelos índices expressos na forma de descritores que viabilizam a recuperação da informação.

Segundo Cintra (1983, p. 5), indexação “é definida como a tradução de um documento em termos documentários, isto é, em descritores, cabeçalhos de assunto, termos-chave, que têm como função, expressar o conteúdo do documento”. A autora chama atenção para a leitura do documento a ser indexado, uma vez que se houver falha nas etapas de composição do documento, é possível que haja erro

de indexação, o que pode ser verificado ao se observar algumas palavras-chave que são atreladas a determinados textos.

A indexação se preocupa com a recuperação da informação, percebendo-se que “as linguagens de indexação abrangem vários tipos de ferramentas, como vocabulários controlados e apresentam-se em: listas, anéis de sinônimos, as taxonomias e os tesouros” (CRUZ; FUJITA; SANTOS, 2017, p. 219). Ela atua, portanto, de modo a produzir resultados alinhados com três operações básicas inerentes a atividade, referentes à análise, síntese e representação.

Os conceitos são representados mediante parâmetros da informação, que estruturam a forma de se entender a indexação como um sistema complexo, que oferece as bases para os procedimentos adotados nas bibliotecas, envolvendo sua elaboração, avaliação e estruturação. Deste modo, a indexação se apresenta como uma espécie de chave que, uma vez aplicada adequadamente, abrirá o acesso ao conhecimento, seja ele físico ou virtual.

Na busca de uma forma de representação via índices, enquanto produtos da indexação, o tesouro aparece como instrumento mais significativos, cuja construção é apoiada

[...] em dois conjuntos referenciais: de um lado, no conhecimento categorizado em assuntos e, de outro, em um *corpus* discursivo do qual são retirados os termos considerados significativos. De um modo geral, supõe-se que a adoção desses procedimentos possa assegurar a eficácia dos tesouros enquanto instrumentos de controle terminológico para representar e recuperar informação (LARA; TÁLAMO; KOBASHI, 1992, p. 197).

O tesouro é organizado de forma estrutural como base a associação de conceitos. Na construção do Tesouro de Objetos do Patrimônio Brasileiro perseguiu-se o objetivo de

Construir uma ferramenta que atenda aos propósitos de classificação de uma parte considerável do universo musealizado brasileiro, e de padronização terminológica de seus objetos, ambos os processos fundamentais para a indexação e recuperação da informação nos diferentes serviços e produtos desenvolvidos sobretudo pelos museus, e para a comunicação precisa entre instituições, pares e outros agentes sociais (FERREZ, 2016, p. 6).

Ciente das questões relacionadas às especificidades de cada área, reforça-se que “todo e qualquer campo de conhecimento corresponde a um conjunto de noções

que lhe é próprio” (CINTRA et al., 2002, p. 49), que precisa ser observado para a organização da informação e sua recuperação. O tesouro é o instrumento, por excelência, que tem como base um sistema de conceitos.

A representação do conhecimento nos museus é um instrumento de comunicação. Ao abordar especificamente a documentação de acervo museológico, considera-se que todo o registro sobre o objeto, seja através de livro de tombo, fichas de registro ou fichas de identificação de objetos, é considerado uma forma de representação do conhecimento. No entanto, é via tesouros que a representação é expressa em linguagem verbal, meio privilegiado de comunicação.

Em resumo, enquanto a notação classificatória (expressa em símbolos numéricos ou alfanuméricos) é utilizada para reunir objetos num mesmo grupo, a indexação via tesouro é uma expressão verbal que compõe o índice de uma coleção.

4 A GESTÃO NA INSTITUIÇÃO MUSEU

Nesse capítulo será apresentada a gestão enquanto estratégia para o desenvolvimento das ações no museu, de forma a se alcançar os objetivos propostos. Para tanto, a instituição museu vem criando mecanismos para a adoção do plano museológico como ferramenta eficiente de gestão.

4.1 A GESTÃO: CONCEITO, ABRANGÊNCIA E PRÁTICAS

Com o aumento da produção e maior necessidade de informação, a partir da década de 1950, tornou-se premente a demanda por instrumentos organizacionais e políticas de estruturação de redes e serviços de informação. Desde então, a gestão da informação foi ocupando espaços e é, nos dias atuais, considerada uma das atividades essenciais na chamada era do conhecimento ou sociedade da informação (SANTOS e FUJINO, 2013, p. 1).

Ao tratar de gestão, partindo do conceito de forma ampla para o mais específico, na Ciência da Informação ela surge no pós-guerra.

A necessidade de se organizar a informação também no museu se tornou essencial. Inicialmente entendida como algo restrito às coleções, a gestão da informação passa a ser entendida como algo mais amplo, envolvendo também a área administrativa.

Yvone Oddon sugeria que a documentação museográfica¹⁰ poderia servir, ao que tudo indica, para a gestão administrativa, deixando de ser a documentação entendida como processamento dos documentos o ponto principal. Com isso, o problema da documentação em museus foi deslocado para uma questão maior, onde a gestão dos acervos envolve a administração institucional como um todo.

A partir consideração da importância da gestão, a discussão foi incorporada às preocupações do museu na atualidade, que passou a incluir a organização dos acervos, estrito senso, ou seja, a descrição e tratamento documentário dos objetos. Muitos museus criaram uma demanda específica para a área da documentação.

¹⁰ Documentação museográfica – terminologia utilizada pela autora.

Do ponto de vista global, a gestão de acervos envolve a busca de soluções para a preservação, conservação, organização e recuperação da informação. Para realizar tais atividades e, considerando sua dinâmica complexa, a gestão de acervos busca alternativas em algumas áreas, a saber, a Ciência da Informação, a Administração, a Arquivística, além das relacionadas à tecnologia.

Na gestão de museus estão presentes as ações administrativas referentes à manutenção, questões financeiras e legais, além das atividades relacionadas às coleções propriamente ditas. "A gestão de museus é definida, atualmente, como a ação para assegurar a gestão dos assuntos administrativos do museu ou, mais geralmente, todas as atividades que não estão diretamente relacionadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação)" (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2010, p. 40)¹¹. São ações que visam desenvolver estratégias de extrema importância quando observados os desafios enfrentados para a manutenção e o funcionamento da instituição.

No Brasil, algumas iniciativas têm contribuído para abordar a questão da gestão, podendo ser citado como primeiro exemplo o Plano Museológico, que constitui um instrumento para se estabelecer metas, ações e alcançar objetivos.

A ferramenta de gestão foi instituída pela Lei nº 11.904/2009, que trata do Estatuto de Museus, legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museológicas e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, no qual é reiterada no seu escopo a importância do Plano Museológico, bem como a competência do IBRAM em subsidiar tecnicamente os museus, nesse processo (IBRAM, 2016, p. 4).

A compreensão da importância da gestão no âmbito dos museus cria um novo patamar para atuação dos espaços museológicos até bem pouco tempo experimentada. Ao desenvolver seu plano museológico, a instituição toma conhecimento das suas reais potencialidades, enxergando e consequentemente descobrindo os pontos fortes e os frágeis de sua estrutura, podendo desenvolver atividades em prol do equilíbrio de suas competências. Os principais instrumentos de gestão de acervos museológicos, segundo o Estatuto dos Museus (2009) são a política de aquisição e descarte, o inventário, a catalogação e a circulação.

¹¹"La gestion muséale est définie, actuel le ment, comme l'action d'assurer la direction des affaires administratives du musée ou, plus généralement, l'ensemble des activités qui ne sont pas directement liées aux spécificités du musée (préservation, recherche et communication)" (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2010, p. 40).

No plano museológico, a gestão de acervos é tratada no programa de acervo, que busca estabelecer diretrizes, normas e políticas.

Ele pode ser traduzido por um conjunto de diretrizes, expressas em documentos formais, que determinam e orientam as ações, como, por exemplo, a política de aquisição, o registro, a identificação, catalogação, movimentação, conservação-restauração, o descarte, compartilhamento da informação e acesso dos itens ou coleções musealizadas (IBRAM, 2016, p. 53).

O programa de acervo estabelece uma estrutura de organização e oferece um caminho mais assertivo para se definir as melhores ações a se tomar frente aos acervos, com o objetivo de planejar as ações relativas ao processamento técnico, ao gerenciamento, à preservação e difusão desses acervos (IBRAM, 2016, p. 53).

Para que se alcancem as metas estabelecidas pelo programa de acervo, é necessário que ele esteja em consonância com os demais programas do plano museológico, e que se desenvolva em paralelo ao plano de gerenciamento.

Um segundo exemplo de iniciativa voltada à gestão é a publicação da coleção “Gestão e Documentação de Acervos: textos de referência”, resultante da articulação de profissionais da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, de representantes de alguns de seus museus e instituições parceiras.

Um dos principais objetivos da publicação era disseminar as referências técnicas internacionais no Brasil, tomando como base os textos produzidos pelo Comitê Internacional de Documentação ICOM (CIDOC-ICOM) e pelo *CollectionsTrust*, do Reino Unido.

O primeiro volume da coleção foi dedicado às “Diretrizes Internacionais de Informação sobre objetos de museus: categorias de informação do CIDOC-ICOM”. Nesse primeiro volume também foi incluído um manifesto ético sobre o trabalho de documentação em museus.

O segundo volume da coleção apresenta a norma SPECTRUM 4.0, originalmente criada por profissionais do Reino Unido, que contém 21 procedimentos abrangendo diferentes momentos e aspectos da gestão e utilização das coleções em museus, tais como: pré-entrada, entrada de objetos, empréstimos, aquisição, controle de inventário, controle de localização e movimentação, transporte, catalogação, avaliação técnica do estado de conservação, preservação e conservação das coleções, gestão de riscos, gestão de seguros e indenizações,

controle de avaliação, auditoria, gestão de direitos, utilização das coleções, saída de objetos, perdas e danos, desincorporação e alienação e, por fim, documentação retrospectiva (MATOS, 2014, p. 14).

O terceiro volume da coleção sobre gestão em museus trata dos “Roteiros do CIDOC e Glossário da Norma SPECTRUM”. Os roteiros do CIDOC são direcionamentos para atuação em museus na prática, abordando condutas que deverão ser adotadas durante a entrada do acervo, etiquetagem, fotografias do acervo dentre outras ações. O Glossário da norma SPECTRUM trata das definições de documentação e outras que dinamizam a compreensão da mesma.

Para se fazer compreender como se deu cada uma das referências técnicas, faz-se necessário um panorama sobre as instituições que atuaram na elaboração dos documentos, observando-se as contribuições e articulações que definem o perfil atual das citadas referências.

4.2 REFERÊNCIAS PARA NORMATIZAÇÃO DA GESTÃO DE ACERVOS

As normas internacionais para a normatização e gestão de acervos resultam de um somatório de esforços, buscando um entendimento comum sobre a necessidade de organizar os acervos museológicos a partir de regras pré-estabelecidas. Estas diretrizes deveriam nortear a gestão dos museus, sem deixar de levar em consideração as particularidades dos acervos existentes nas diferentes instituições.

Como instituição responsável para difundir novos conhecimentos, coube ao ICOM, através do CIDOC-ICOM, promover treinamentos visando atingir um maior número possível de profissionais de museus. Com isso, foi promovido no Brasil um treinamento em 2015, que utilizou como base a publicação de 2014 da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, referida anteriormente, intitulada “Gestão e Documentação de Acervos: textos de referência” anteriormente citada.

Quanto às iniciativas nacionais, o IBRAM tem direcionado esforços para criar parâmetros de registros e padronizar a documentação dos acervos museológicos. É importante considerar que o trabalho da documentação de acervos museológicos é permeado por questões da terminologia, visando registrar, inscrever, recolher e gerenciar informações sobre as coleções que podem criar demandas de extrema

relevância para o acervo. Deste modo, são destacados, na sequência, parte das recomendações para que se alcancem tais objetivos.

4.3 DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO SOBRE OBJETOS DE MUSEUS: CATEGORIAS DE INFORMAÇÃO DO CIDOC-ICOM

O CIDOC-ICOM Comitê internacional para a documentação e dedica-se à documentação de coleções de museus, fomentando a colaboração entre curadores, bibliotecários, especialistas em documentação, registro, manejo de coleções e entre especialistas em informação. Criado nos anos de 1950 por fundadores do ICOM, segundo Juliana Monteiro (2014, p. 108) o CIDOC herdou diretamente a preocupação já existente com padronização da informação em catálogos de acervos, particularmente os de museus de arte, da recém-extinta Oficina Internacional de Museus.

Para Suely Cerávolo (1998, p. 25) o CIDOC, na década de 1960, tinha entre suas tarefas tratar questões de padronização e compatibilização de registros de museus. O uso de técnicas informatizadas entra em pauta a partir de 1967, quando o CIDOC tenta coordenar os sistemas de documentação já existentes. A partir de então, o CIDOC se consolidou como referência na documentação de museus.

As iniciativas do CIDOC-ICOM, bem como a competência de reunir os países em prol de uma discussão sobre padronização e desenvolvimento de categorias de informação, dentre outras ações da organização do conhecimento, “resultam por fim, em 1995, com o lançamento da *International Guidelines for Museum Object Information: CIDOC Informations Categories*, experiência que envolveu profissionais de diversos países, mas principalmente dos Estados Unidos, Canadá, França e Reino Unido” (MONTEIRO, 2014).

As Diretrizes Internacionais de informação sobre objetos de Museus: categoria de informação do CIDOC (2014, p.37), descrevem os grupos de informação que orientam o desenvolvimento de registros sobre os objetos em coleções museológicas. As diretrizes incluem os seguintes elementos: definição das categorias de informação que devem ser utilizadas no registro de informação de objetos; descrição das regras de formato e convenções que regem a inserção de

informações nestas categorias; comentários sobre terminologia que pode ser utilizada nessas categorias

Dentre os muitos empreendimentos do CIDOC, a criação das categorias de informação foi uma iniciativa pioneira apresentada, inicialmente, no encontro da Suécia em 1978.

“As diretrizes incluem definições e exemplos de vários Grupos e Categorias de Informação” (CIDOC, 2014). Os Grupos de Informação descrevem aspectos particulares dos objetos – por exemplo, informações sobre Aquisição, Localização, Produção. Cada Grupo de Informação inclui Categorias de Informação que permitem descrever dados particulares, como por exemplo, no Grupo Aquisição, o Método, a Data, a Fonte de aquisição.

As diretrizes atuais descrevem 22 Grupos de Informação, cada um deles com uma ou mais Categorias de Informação. A especificação de cada Grupo de Informação segue o modelo: objetivo, categorias de informação, exemplos e observações. Já a especificação das Categorias de Informação compreende a nomenclatura alternativa que a categoria pode receber, sua definição, exemplo e observações.

Quadro 1 – Grupo de Informação sobre Descrição

Objetivo	Essa informação favorece a segurança, a responsabilidade, o acesso e o arquivo histórico. Na ausência de uma imagem, ela facilita a descrição detalhada do objeto e facilita seu rastreamento. O que não seria possível utilizando-se apenas a imagem. A informação de descrição pode ser usada para diversas finalidades, tais como pesquisa, listas de referências, exposições e publicações.
Categorias de informação:	Descrição física Situação do espécime
Exemplo:	Descrição física: 1,25 cm de comprimento, cor predominante, azul com marcas azuis distribuídos uniformemente. Situação do espécime: tipo
Observações:	A informação de situação do espécime apenas na área das ciências naturais.

Descrição física: definição:	Descrição geral da aparência do objeto
Exemplo:	Armário marchetado com mogno, pau rosa e outros tipos de madeira, painéis de intarsia com mármore e suporte de metal dourado. Na frente, entre quatro pilares encaixados de madeira, um conjunto de onze painéis de intarsia de mármore, contas de vidro e letras dóricas em metal.
Observações:	Quando necessário, incluir informações sobre molduras, bases e apresentação. É impossível registrar mais de uma descrição física
Tipo do espécime:	Tipo de um espécime de ciências naturais
Exemplos:	Parátipo Holótipo
Observações:	Recomenda-se o uso dos termos controlados para esta categoria de informação. Veja o item “controle de conteúdo e terminologia” na introdução para obter mais detalhes sobre fontes de terminologia controlada.

Fonte: Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais para Informação sobre Objetos de Museu: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM) (ICOM, 2014, p. 51).

As diretrizes do CIDOC ditam assim parâmetros referentes à orientação geral para o enfrentamento de questões teóricas e técnicas que envolvem o fazer documental junto aos acervos dos museus. Por meio do CIDOC as diretrizes internacionais são difundidas entre as instituições museológicas do mundo inteiro.

4.4 A NORMA SPECTRUM

A primeira versão do sistema padrão de catalogação e de acervos museológicos o SPECTRUM foi utilizado nos museus do Reino Unido a partir da publicação de 1994, e difundida ao redor do mundo depois disso. “É uma norma desenvolvida por meio da contribuição de diversas instituições/entidades no âmbito de um setor de atividade” (Matos, 2014, p.14), resultado da reunião de muitas iniciativas. Observamos que somente nos anos de 1990 é que se firma o consenso da importância do controle terminológico, questão considerada chave para os museus como recursos para a implementação de banco de dados informatizados.

Na concepção do CollectionsTrust, responsável pela norma SPECTRUM, a documentação consiste na:

Reunião de registros e informações sobre objetos, suas histórias e sobre os processos pelos quais eles passam dentro da instituição. O propósito da documentação é prestar contas, gerenciar e usar os objetos de modo a alcançar metas e objetivos estabelecidos pela organização colecionadora. (COLLECTIONS TRUST, 2011a p. 1, citado por Monteiro 2014, p. 129)

A norma SPECTRUM privilegia mais a contextualização do objeto do que as informações sobre os mesmos, voltando-se mais para a gestão da informação, embora não deixa de citar, no entanto, a face documentária do processo.

A norma SPECTRUM é uma ferramenta de utilidade instrumental¹², embora não explicita que ela permite orientar o desenvolvimento de atividades de planejamento, implementação de processos, supervisão e controle das coleções de museu com o objetivo de colaborar para que a organização museológica cumpra seu objetivo pré-determinado.

O SPECTRUM seguiu um processo de desenvolvimento que o público alvo acompanhou através de atualizações. Em 2011, houve uma atualização muito significativa, quando o SPECTRUM deixou de atender aos aspectos estritamente documentais, alcançando também a concepção de gestão:

Em 2011, precisamente em março, é publicada a versão 4.0 do SPECTRUM. Esta versão, editada por Alex Dawson e Susanna Hillhouse, passa a designar-se como SPECTRUM 4.0: The UK Collections Management Standard (DAWSON; HILLHOUSE, 2011), refletindo a evolução do SPECTRUM que passou de uma norma centrada na documentação de coleções de museus, para uma norma cujo objetivo é a própria gestão da coleção e que abrange recomendações e procedimentos para além da simples documentação. As alterações introduzidas nesta versão são significativas e estão intrinsecamente relacionadas com a estratégia de internacionalização e localização do SPECTRUM (MATTOS, 2012, p. 109).

Na atualização de 2011, observa-se que o termo documentação de acervo já não atende às ações tratadas pelo SPECTRUM, e que era necessária uma expressão que compreendesse a atividade na sua complexidade maior. Este processo passou a ser denominado gestão de coleções, refletindo um pensamento

¹² Dicionário analógico da língua portuguesa, AZEVEDO, 2016, p. 270.

da própria área e considerando as mudanças necessárias para atuar nos museus de forma mais abrangente, e com maior compreensão das atividades.

Basicamente o SPECTRUM é conhecido como uma norma, mas sua aplicação tem uma amplitude que extrapola a organização documental. Na página da norma no espaço virtual, na CollectionsTrust, o Spectrum era apresentado como uma “maneira de trabalhar com coleções de museus” – “a wayofworkingwithmuseumcollections”, compreendendo um programa que se dividia em três importantes áreas: SPECTRUM Standard, SPECTRUM Resources, SPECTRUM Community (MATTOS, 2012).

Para o SPECTRUM (2014, p. 19-20) a gestão pode ser definida “como um conjunto de tarefas que, por meio de um método específico, garante que todos os recursos disponibilizados pelo museu serão otimizados”. Portanto, o processo de gestão de acervos museológicos permite estabelecer uma dinâmica específica no cotidiano das instituições de guarda que contemplam não apenas as questões relativas à conservação dos objetos, como também sua documentação, reunindo o conjunto das ações que envolvem todo o acervo.

“A norma SPECTRUM se baseia na certeza de que os procedimentos normalizados são a chave para uma gestão de coleções eficiente” (SPECTRUM, 2014, p. 21). Ela pressupõe que para se atingir uma organização eficaz é preciso que se estabeleçam parâmetros. Visando assegurar que se alcance os objetivos previstos, a norma tem como ponto central a gestão de coleções, que compreende oito procedimentos que uma vez desenvolvidos adequadamente asseguram a constituição de um sistema básico de gestão de coleções:

- Entrada do objeto
- Aquisição
- Controle de localização e de movimentação
- Catálogo
- Saída do objeto
- Empréstimo – entrada
- Empréstimo – saída
- Documentação retrospectiva (ICOM, 2014, p. 27).

A norma tem como característica a capacidade de ser implantada em qualquer museu, independente da tipologia do acervo. Apresenta regras gerais que

podem ser adotadas para a organização de qualquer coleção, bastando para isso que siga a observação das informações relativas a cada categoria. Dessa forma, a norma assume a roupagem de manual ou orienta sua criação.

A norma SPECTRUM oferece orientação para definir concretamente os campos tornando-os autoexplicativos e compreensíveis. Ela faz com que o técnico compreenda as ações que está desenvolvendo. O SPECTRUM tem como objetivo garantir que as coleções sejam acessíveis, bem cuidadas, devidamente interpretadas e gerenciadas de maneira profissional (POOLE, 2014, p.10). Atualmente, a norma SPECTRUM está em sua versão 5.0 e se apresenta como um padrão de gerenciamento de coleções do Reino Unido, sendo também usada em todo o mundo. Via Web, é possível navegar na versão interativa do Spectrum 5.0. para obter ajuda, por exemplo, sobre como baixar PDFs de procedimentos individuais¹³.

A versão da norma que está disponível no site Spectrum em português é a 4.0¹⁴, no endereço e existe a versão impressa, alcançando inclusive as instituições que não fazem uso de Internet.

4.5 OS ROTEIROS DO CIDOC E O GLOSSÁRIO DA NORMA SPECTRUM

A publicação “Roteiros do CIDOC e glossário da norma SPECTRUM 4.0” está disponível na Internet¹⁵. Embora o título se refira a um glossário, efetivamente, ele não está disponível na publicação

O terceiro volume da coleção Textos de Referência para a Gestão de Acervos tem função prática e é direcionado aos procedimentos. Sua função é a de um manual e “tem o objetivo de ampliar a capacidade de aplicação das normas, com base em roteiros aplicados à gestão de processos. Além disso referenda o esforço de normalização de uma terminologia na área da documentação em museus.” (ICOM, 2014c, p. 11).

O documento de 23 páginas, apresenta 3 roteiros que correspondem a etapas de trabalho: o Roteiro do CIDOC nº1 – Registro passo a passo: quando o objeto

¹³ Disponível em: <<https://collectionstrust.org.uk/spectrum/>>. Acesso em 20 out. 2018.

¹⁴ Disponível em: <<http://spectrum-pt.org/2014/09/spectrum-4-0-versao-digital-em-portugues-ja-disponivel/>>. Acesso em 20 out. 2018.

¹⁵ Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Roteiros-do-Cidoc_p5.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

entra no museu, apresenta de forma direta e simples como deve ser efetivado o registro. Após o título do capítulo, vemos uma epígrafe referente ao código de ética do ICOM, e em seguida a descrição de oito passos que devem ser seguidos durante o registro para que o objeto faça parte da coleção e passe a compor o acervo do museu. O passo 3 compreende três condições possíveis referentes à disposição do objeto:

não ser adquirido para a coleção (A),
 ser aceito como empréstimo (B),
 tornar-se propriedade do museu (C). (ICOM, 2014, p.14).

Em relação a opção (A), a possibilidade do objeto não ser adquirido pela coleção na prática é resolvida durante a entrevista ou conversa com o possível doador. Este é momento em que se realiza a triagem e quando se observa o tipo do objeto, se este condiz com o acervo e se a aquisição é importante para a instituição.

O “Roteiro do CIDOC nº2 – Etiquetagem e marcação de objetos” – Traz os métodos de trabalho, com indicações de como proceder para fazer a etiquetagem e marcação dos objetos utilizando os respectivos números de registros ou inventário. Pode-se observar que não há consenso para a realização da ação, mas existem regras aceitas pela comunidade museológica (ICOM, 2014c, p. 17).

O Roteiro do CIDOC nº 2 é apresentado seguido de epígrafe com citação do código de ética profissional do ICOM, e mais 3 subdivisões: as Regras gerais, Localização e Métodos.

As regras gerais são utilizadas para a marcação do objeto, sendo compostas por onze tópicos, dos quais podem ser selecionados quatro para servir de amostragem:

- Números de inventário ou de registro são a conexão entre os objetos e os documentos a eles relacionados. Devem, portanto, estar fisicamente ligados ou aplicados neles.
- Quando um objeto é ou se torna parte da coleção, ele recebe um número de registro. Deve-se usar um método seguro para inscrever o número no objeto, o que significa que tal método deve resguardar a integridade do objeto e também evitar que o número seja removido acidentalmente.
- A etiquetagem e marcação de objetos devem ser feitas de uma forma consistente, por equipe treinada. Deve-se permitir que haja tempo

suficiente para examinar o objeto, para limpar a superfície por meio de um método adequado e para inscrever o número.

- O museu deve definir suas regras de numeração (incluindo regras para formatos de número) em uma norma escrita que deve ser disponibilizada para toda a equipe envolvida com o processo (ICOM, 2014c, p. 17-18).

O item Localização, trata também da marcação do objeto. Pode-se afirmar que existe uma preocupação excessiva com a marcação feita na peça.

Na medida do possível, os números devem ser inscritos sempre na mesma posição em um determinado tipo de objeto, a fim de evitar o manuseio desnecessário. Objetos frágeis ou pesados não devem ser manuseados para que se encontre o número. Objetos grandes podem ser numerados em mais de um lugar ou manter etiquetas extras, temporárias, quando não estiverem em exibição. Se um objeto estiver armazenado em uma caixa ou embalado, o número deve ser registrado também no material de embalagem”(ICOM, 2014c, p. 18).

Observa-se que na prática, durante as atividades de documentar o acervo, a localização se refere ao local onde se encontra o objeto. Deve-se atentar para o fato de que é necessário fazer dois registros. O primeiro é referente a localização física da peça dentro do museu e o segundo é o registro do inventário na peça, também denominado de marcação de objeto.

Em relação a peça deve-se observar se a mesma se encontra em reserva técnica ou em exposição, e procurar realizar um registro eficiente, definindo em qual setor ou vitrine pode-se encontrar rapidamente a peça.

Já os Métodos, no Roteiro do CIDOC, se referem ao número marcado na peça. O objetivo dos números, grafados preto em fundo claro ou vice-versa, é facilitar a leitura. Neste item deve-se observar a segurança em relação ao objeto e sua documentação, orientando-se a inclusão do número do objeto em suas fotografias. (ICOM, 2014c).

Roteiro CIDOC nº 3 - Recomendações para registro fotográfico de obras para fins de inventário – este roteiro é dedicado aos métodos utilizados para fotografias dos objetos para ser facilmente identificados. Esse item é composto por título, citação do Conselho Internacional de Museus, GettyObject ID CheckList, seguido por seis tópicos que são: considerações gerais, metadados visíveis, composição técnicas, armazenamento e o que deve ser evitado.

Relativo às considerações gerais “seu objetivo principal é reproduzir o ato de se olhar para a peça da maneira mais neutra e objetiva possível, para permitir sua identificação de forma inequívoca.” (ICOM, 2014c, p. 21).

Segundo os Roteiros do CIDOC, os metadados visíveis se referem a régua ou escala que possibilite a avaliação das dimensões do espaço. Essa escala deve estar no mesmo plano que o objeto; uma cartela de cores para uma imagem colorida ou uma cartela com tons de cinza para imagens em preto e branco; número de inventário do objeto, claramente legível; nome do fotógrafo; data em que a fotografia foi tirada; (2014c, p. 21-22). Para mostrar o terceiro volume da coleção sobre Gestão e documentação, optou-se por fazer recortes do próprio manual a fim de dar um panorama geral do que se trata o documento.

4.6 OS TEXTOS DE REFERÊNCIA NO CENÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO DE MUSEUS DA ATUALIDADE

Importante ressaltar que ao longo dos anos a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e a norma SPECTRUM, embora sejam documentos elaborados em diferentes instituições, podem ser trabalhados em conjunto sem que haja um conflito de interesse, visando um melhor desenvolvimento das ações práticas.

Os pontos de aproximação entre a norma ambas os textos de referência são a busca de padrões para gestão e formatos mínimos de estrutura organizacional, com base no entendimento de que, apesar das diferenças entre as coleções as atividades de documentação necessitam de parâmetros básicos que permitam a recuperação da informação e o intercâmbio entre museus e que garantam principalmente a segurança dos objetos (MONTEIRO, 2014).

Na atualidade, observa-se uma grande dificuldade no Brasil para a adoção destas normas internacionais pelas instituições museológicas. O desconhecimento no país dos textos de referência tem inúmeras consequências, tais como as limitações no uso e processamento das informações nos museus, o distanciamento dos parâmetros globais de documentação e a falta de interoperabilidade com as instituições internacionais.

Visando a disseminação das normas, no ano de 2015, o III Programa de Treinamento CIDOC-ICOM, na cidade de São Paulo, distribuiu os dois primeiros volumes da coleção “Gestão e Documentação de Acervos: textos de referência”, como material didático, ao mesmo tempo em que seu conteúdo foi abordado durante todo o período do curso.

Em nível nacional, o IBRAM reconhece a importância da norma, porém a sua adesão acontece de maneira parcial, observando-se que algumas questões do cotidiano e problemas pontuais da realidade dos museus brasileiros não são resolvidas com a utilização da SPECTRUM.

Seria importante que as recomendações do CIDOC/ICOM fossem observadas por todos os museus do país de forma a obter uma forma razoavelmente padronizada para os registros das informações referentes aos diferentes acervos, integrando as iniciativas e direcionando as políticas de preservação para um maior controle de procedimentos e, conseqüentemente, de maior eficácia da organização.

5 O AMBIENTE EXPERIMENTAL

Nesse capítulo será apresentado o ambiente que foi utilizado como laboratório, espaço onde também ocorreram as observações que produziram elementos para que se formulassem hipóteses para a pesquisa.

Como ponto de partida optou-se por explicar o que diz a lei 11.904/2009 sobre o que é um museu e como este se constitui. Em seguida, são apresentados subcapítulos onde é descrita a coleção do MAFRO e suas características principais, além de uma abordagem acerca da organização das coleções por Pierre Verger, finalizando com informações sobre o MAFRO na atualidade.

Considerando a experiência vivenciada, observa-se que, empiricamente, o MAFRO oportunizou que fossem testadas algumas formas para a sistematização das informações e o estabelecimento de padrões.

5.1 A INSTITUIÇÃO MUSEU E SEU CONTEXTO

Segundo a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus (BRASIL, 2009), consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

O museu é uma instituição que tradicionalmente se ampara em um tripé formado pela preservação (que une documentação e conservação), exposição (comunicação) e educação, que dá suporte para as suas múltiplas atuações.

Atento às questões da preservação, a instituição museu direciona seus estudos sobre documentação para a organização das informações referentes às coleções, ao passo em que a conservação se preocupa com a manutenção da integridade do acervo, buscando estabelecer as condições necessárias para que a convivência das peças com o meio ocorra do modo menos impactante possível.

A exposição deve atender às premissas da comunicação, sendo a porta-voz da instituição para o público-alvo, daí derivando as organizações das exposições

temporárias ou de curta duração que, dentre outras possibilidades, permitem apresentar peças armazenadas na reserva técnica da instituição, enfatizando determinados aspectos do acervo pouco explorados na exposição de longa duração. Conforme Lara Filho,

Susan Pearce (1992) apud Bezerra de Meneses (1994) lançam a terminologia *saussureana* para exemplificar a busca de sentido que se vê no museu. Para ela um conjunto de evidências materiais de uma cultura é um repertório (*langue*) de onde seleciona-se um grupo de objetos que irá formar uma coleção ou acervo (“atualização do potencial da *langue*, portanto *parole*”). Esta coleção funciona como um repertório (*langue*) “que será acionado como *parole* na exposição”. A exposição, por sua vez, é um repertório (*langue*) que pode se tornar *parole* com a apropriação numa dinâmica recursiva que caracteriza o aprendizado. Cada degrau desta construção é simultaneamente *langue* e *parole*, dependendo da referência que toma. A *parole* é construída a partir de regras e escolhas (LARA FILHO, 2009, p.168).

Dessa forma, a exposição temporária poderia ser considerada como um breve diálogo, enquanto que a exposição de longa duração mais a reserva técnica, o repertório do discurso e todo o vocabulário. Essa imagem põe em evidência a natureza do processo expográfico, que se expressa como parte de atividades encadeadas dentro de um contexto, de modo a que o visitante possa compreender a mensagem expositiva.

Já o setor educativo, conhecido por mediação, preocupa-se com a relação da instituição com o público. Especificamente, ele orienta a intermediação entre os acervos e os visitantes, tendo por objetivo estabelecer uma aproximação e apropriação do conhecimento pelos visitantes.

Os setores de documentação, conservação, expositivo, educativo e cultural, multiplicam-se em ações que acompanham e configuram o contexto no qual a instituição museu está inserida, indicando, na atualidade, os caminhos que contemplam as diversas formas de compreender o momento presente.

A Lei 11.904/2009, apresenta cinco subseções que irão observar aspectos imprescindíveis para o funcionamento dos museus. A Subseção I trata da garantia da preservação, conservação, restauração e segurança; a Subseção II, aborda o estudo, pesquisa e ação educativa; a Subseção III, discorre sobre a difusão cultural do acervo e do acesso aos museus; a Subseção IV, trata dos acervos dos museus e, por fim; a Subseção V, trata do uso das imagens e da reprodução cultural dos

museus. Desta forma, o dispositivo jurídico que institui o estatuto de museus também estabelece as suas normas de atuação.

Outro dado importante diz respeito à pesquisa, encontrada no museu no setor de 'documentação e pesquisa', o qual deve permitir o desenvolvimento dos estudos acerca das peças, colaborando na catalogação, contextualização histórica e descrição. A pesquisa desenvolvida pelo setor de documentação e pesquisa não é necessariamente algo aprofundado, ou mesmo realizado por especialistas, pois geralmente é uma ação realizada pelo próprio museólogo e visa atender muito mais a perspectiva da elaboração de um dossiê que compreende uma compilação de informações para que se apreenda a função do objeto em seu local de origem, seu contexto de produção, autoria, temporalidade e aspectos de sua constituição.

Nesse processo de compilar informações sobre determinada peça, denominada pesquisa para a documentação ou formação do dossiê, geralmente são encontradas informações sobre pesquisas específicas desenvolvidas por especialistas. Essas produções devem ser relacionadas e ligadas no espaço de observações que deve existir tanto na ficha de identificação da peça, quanto na base de dados a ser disponibilizada virtualmente.

Na Lei 11.904/2009, no que tange à pesquisa em museu, deve ser destacada a Subseção II, que assim menciona o papel das pesquisas na instituição:

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação (Lei 11.904/2009).

Conforme apresentado acima, verifica-se que a pesquisa em museus é fundamental para o desenvolvimento das ações em todas as áreas da instituição. Segundo essa terminologia, as pesquisas não se dedicam apenas ao atendimento de questões específicas do acervo, pois, conforme a legislação brasileira, não é fator facultativo, ou algo que pode ou não ser realizado: trata-se de algo fundamental e norteador. No âmbito internacional, o ICOM, através do CIDOC, observa a pesquisa de acervo enquanto um dos processos da documentação imprescindível para uma documentação eficiente.

5.2 A COLEÇÃO DO MAFRO: CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

O acervo etnográfico do MAFRO é composto por duas grandes coleções: a Africana e a Afro-Brasileira. A Coleção Africana foi organizada por Pierre Verger na década de 1970, quando foi convidado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia, para fazer uma viagem ao continente africano visando a aquisição das peças para o novo museu. A Coleção Afro-Brasileira, por sua vez, foi criada através de aquisição e doações de cidadãos que queriam se fazer representar neste novo espaço de poder que estava sendo criado, também contando com a participação de Pierre Verger em sua formação, haja visto, as listagens assinadas em formato de recibo, por pessoas oriundas de terreiros de candomblé.

O acervo do MAFRO é de natureza etnológica e artística¹⁶, dialogando com múltiplas temáticas, dentre as quais podem ser destacadas: África, afro-descendência, religiosidade afro-brasileira, memória, história e arte. O Museu procura atender desde a sua criação a demandas acadêmicas e da comunidade, constituindo um espaço identitário para os grupos afrodescendentes. Com isso, a instituição é um espaço de pesquisa, alimentando os cursos de graduação de História, Museologia, Educação e os programas de pós-graduação de Museologia, África e História da UFBA.

Embora o MAFRO seja um museu universitário, sua natureza institucional não assegurou a organização adequada das informações vinculadas ao seu acervo. Neste sentido, projetos desenvolvidos ao longo do tempo por professores e alunos da UFBA, que tiveram como objeto a pesquisa sobre partes da coleção, não chegaram ao ponto de uma aplicação prática, uma ação, isto é, não foram usadas para promover a melhoria de qualidade das informações sobre as peças, bem como a documentação do acervo de um modo em geral. Dentre os muitos projetos de pesquisa que propuseram mudanças nunca implementadas, destacam-se dissertações de mestrado e teses de doutorado, aqui consideradas como fontes de pesquisa citadas na bibliografia.

Enquanto trabalho aplicado visando melhorar as condições físicas da coleção, destaca-se a implantação de um projeto específico para a reserva técnica, de autoria

¹⁶Definição segundo o termo de convênio entre o Governo do Estado da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, firmado em 1974.

da professora e arquiteta Griselda Pinheiro Klüppel, no período em que o MAFRO estava sob a coordenação do professor Marcelo Bernardo Cunha. Este projeto foi desenvolvido com apoio do BNDES em 2011, e tinha como objetivo a melhoria das condições de conservação das peças armazenadas, com a criação de um espaço adequado para a guarda do acervo considerando o seu acondicionamento individual, resolvendo, assim, problemas de controle ambiental e de identificação.

O projeto se restringiu ao espaço físico e à reserva técnica, bem como acondicionamento dos objetos, não alcançando a documentação e, com isso, os registros da coleção continuaram restritos a um sistema de fichas, o qual apresentava inúmeras lacunas, com uma quantidade significativa de itens sem preenchimento.

Sobre o espaço expositivo, é registrada uma sucessão de projetos museográficos ao longo da existência da instituição, destacando-se que todas tiveram como referência a primeira versão implantada na década de 1980, idealizada por Pierre Verger, conforme abordado adiante. Esta exposição inicial foi desmontada em 1994, sendo inaugurada, em 1996, uma nova concepção que visava a atualização de layout do museu, dentre outras questões, e envolvia o desenvolvimento do projeto expográfico de uma nova exposição de longa duração, sob curadoria da antropóloga Maria Heloísa Leuba Salum e do professor Marcelo Bernardo Cunha.

5.2.1 Pierre Verger e a criação da coleção do MAFRO

Nascido em família burguesa, Pierre Verger era o filho mais novo de Leopold Verger e Marie Adélie Samuel, casal de imigrantes que prosperou na atividade de edição e impressão na área da propaganda, na França. Segundo Rolim (2009 p.11), Leopold, quando se instalou em Paris, possuía um ateliê e um escritório que funcionavam em sua casa e, cerca de seis anos, após mudar para Saint Denis, os negócios prosperaram.

Pierre Verger era o mais novo de três irmãos, vivendo parte de sua vida entre os bons colégios que estudou, frequentando bons amigos e lugares. Não há como distanciar o efeito da referência das imagens na vida de Verger, pois o trabalho do

seu pai estava diretamente ligado a elas. Na juventude também trabalhou na gráfica do pai, como explica Rolim:

Pierre Verger trabalhou alguns anos na gráfica de sua família, após o falecimento do seu pai, em 1915, o fotógrafo começou a sua participação nos negócios em 1920, em 1922 sai do trabalho para o serviço militar, retornando a empresa dezoito meses mais tarde, 1924. A empresa funcionou até 1927, quando entrou em processo de falência (ROLIM, 2009, p. 34).

Na juventude, após a morte de seus pais, se afastou do que restou da sua família e foi viver no subúrbio de Paris. Ampliou o círculo de convivência com seus amigos artistas, pintores, atores, grupo que ele mesmo denominou os “infrequentáveis”. O fotógrafo só apareceu em sua vida aos trinta anos, quando conseguiu uma Rolleiflex e um amigo para ensinar-lhe a técnica, incluindo a da reprodução e outros segredos do ofício.

As viagens surgiram como meio de se distanciar e de se libertar, como uma busca pelo autoconhecimento, conferindo a ele liberdade e abrindo um universo novo e surpreendente, tudo isso aliado a um talento ímpar em fazer e manter novos amigos, fazendo com que alcançasse um espaço jamais imaginado.

Na década de 1930, provavelmente entre 1936 e 1937, Pierre Verger esteve na África transitando entre “Argélia, Sudão Francês (atual Mali), Alto Volta (atual Bankina Fosso), Togo, Daomé (atual Benim), e Niger” (MATTOS, 2012, p. 27). Esta informação é importante, uma vez que no acervo do MAFRO esses lugares são citados com a informação “origem das peças”, sem que haja atribuição à contribuição de Verger.

A primeira vez em que esteve sozinho ao Brasil foi na década de 1940, inicialmente no Rio de Janeiro, onde não permaneceu “por não haver oportunidade de emprego”, rumando para a Argentina, “onde conseguiu trabalhar para os jornais: Argentina Livre e Mundo Argentino”. Em 1942, seguiu para o Peru e permaneceu lá até 1946, quando retornou ao Brasil, chegando em Corumbá e seguindo para São Paulo, “onde encontrou Roger Bastide, que estava no Brasil desde 1938 como professor da USP” (ROLIM, 2009, p. 218-221).

Em seguida, foi para o Rio de Janeiro e desta vez conseguiu contrato na revista O Cruzeiro, sendo enviado para a sucursal baiana em 5 de agosto de 1946.

A cidade do Salvador da Bahia não o rejeitou e se mostrou sedutora, acolhendo-o e mostrando-lhe seus segredos.

Inicialmente, Verger se tornou parceiro de reportagens de Odorico Tavares “retratando temas ligados à cultura popular de Salvador e ao Recôncavo Baiano, e de outras localidades e capitais da região Nordeste” (LUHNING, 2004 apud MATTOS, 2012). A verdade é que Tavares era um homem influente em Salvador, cultivava amizade e apoiava as iniciativas de Edgard Santos na recém-criada Universidade Federal da Bahia.

A vivência no terreiro de Candomblé, bem como sua iniciação como filho de Xangô pelas mãos da Yalorixá mãe Senhora, no Ilê Axé Opô Afonjá, abriram um espaço de inserção real em Salvador. Em uma das suas viagens à África, Verger “passa pelo processo de iniciação no culto de Ifá, tornando-se babalaô e recebendo o nome de Fatumbi” (LUNING, 2012, p.134). Seus trabalhos retratando o mundo e especialmente a África, juntamente com toda a sua produção no meio jornalístico, haviam lhe conferido respeito e reconhecimento.

Foram cerca de 17 anos pesquisando no continente africano, especificamente os fons iorubás, entre o Daomé e a Nigéria, registrando o modo de viver com descrições sobre o que via, neste período de suas pesquisas que eram financiadas pelo Instituto Francês da África Negra - IFAN. “Retornava à Bahia, relatava suas vivências ao povo dos terreiros e “recebia e levava encomendas de um lugar para outro, contribuindo para o revivalismo das tradições nos candomblés baianos” (CAPONE, 2009, p. 274 apud MATOS).

Seus contatos no continente Africano, resultado de trabalho e intensa aproximação, tinham lhe conferido, também lá na África, um lugar de destaque social. Deste modo, seu trabalho tornou-se cada vez mais notório, ao buscar retratar na África as origens das manifestações religiosas observadas em Salvador.

“Verger ficou sabendo na França, em 1972, que havia uma movimentação em prol de se criar o Museu Afro-Brasileiro” (MATOS, 2012, p. 106). No ano seguinte já estava atuando como um ativo colaborador da proposta e, em 1974, enquanto aguardava a sua contratação, adquiriu peças para o museu, como demonstram recibos encontrados na pasta 1- B 299 do arquivo da Fundação Pierre Verger. A sua contratação aconteceu em 1975 e o desligamento em 1976.

Embora havendo ofício expedido para formalizar o contrato de assessor do Museu Afro-Brasileiro, segundo ofício 363/74, de 15/10/74, de Guilherme Castro,

então diretor do CEAO, para Lafayette Pondé, reitor da UFBA, conforme documento mantido no arquivo do CEAO, a contratação de Verger só aconteceu como “professor visitante em regime de 40 horas semanais com vigência provável entre fevereiro ou março de 1975 a fevereiro de 1976, conforme ofício 75/75 de 21/02/1975” (MATOS, 2012, p. 112). Com isso, Verger teria a incumbência de planejar um museu conforme os objetivos visualizados pela UFBA à época, fazendo uso, para isso, de seus contatos e laços de amizade construídos ao longo dos anos em suas viagens.

Em um jogo de trocas simbólicas, Verger emprestou ao novo museu da Universidade Federal da Bahia sua experiência dos anos como colaborador do Museu do Trocadero em Paris, onde sua proximidade com Georges Henri Rivère, museólogo, lhe havia proporcionado uma percepção de museu enquanto espaço educacional, direcionado à pesquisa. Além disso, a contratação trouxe agregada a sua influência no continente africano e mais um incontável número de aliados contatados através de correspondências, que hoje servem como testemunhos da sua atuação.

5.2.2 O acervo do MAFRO na atualidade

À época da redação desta dissertação (primeiro semestre de 2018), a exposição de longa duração do MAFRO apresentava cerca de 30% das peças sob a guarda da instituição, permanecendo as demais 70% armazenadas em reserva técnica. A disposição dos objetos no museu era a que segue.

Em uma primeira vitrine à direita da entrada, três vasos para oferenda, em cerâmica e, em uma segunda vitrine, um objeto funerário e duas imagens *cuba-luba*, em gesso, decoradas por pigmentos e texturas. À esquerda da entrada estão em uma vitrine duas imagens da Realeza do Benim e um objeto similar a um sino, todos produzidos em metal escuro, decorados por texturas. Presos na parede estão dois *esséns* – espécie de altar para cultuar os antepassados.

Ao atravessar uma divisória, o visitante chega ao centro da sala principal de exposição, de onde se avista uma base em degraus observando-se, na posição inferior, três máscaras monocromáticas em madeira escura e, do lado direito, cinco esculturas de médio porte, quatro delas monocromáticas em madeira escura e uma

com pigmentos nas cores azul, branco e marrom. No mesmo expositor, do lado esquerdo, encontram-se três máscaras, sendo uma em madeira escura e duas com pigmentos nas cores azul, branco e marrom, observando-se, ainda, ao fundo, mais quatro esculturas, todas em madeira escura e de médio porte.

No segundo degrau estão as máscaras *Geledé*, sendo quatro apoiadas diretamente no degrau e duas em pedestal feitos em metal com hastes de sustentação, totalizando seis máscaras, todas em madeira e pigmentadas com as cores branco, azul e marrom, observando-se, ao fundo, mais quatro máscaras *Geledé*, sendo duas pigmentadas de branco e outras duas pigmentadas de branco, azul e marrom. No topo do móvel, presas por suportes perfurantes, encontram-se três máscaras, sendo duas monocromáticas em tonalidade escura e uma com pigmento marrom claro.

À esquerda da entrada, seguindo em sentido horário, encontra-se uma vitrine com três pesos para ouro, em formato de pessoas em posições sexuais, seguido pela espada de *Gu* e a representação do Deus *Ogum*. Ao lado da peça há uma foto pôster com a imagem de um homem negro segurando a espada de *Gu*.

Todas essas peças são de metal escuro, material relacionado à cidade de *Ifé*, do culto *Iorubá*. Em seguida estão dois *esséns* e acima deles duas bengalas, decoradas por elementos zoomorfos. Presos na parede estão instrumentos musicais, um de corda e dois de percussão.

Seguindo em sentido horário, observa-se, sob um pedestal, uma escultura de Mestre Didi, dedicada a *Oxalá* e uma vitrine, onde estão duas esculturas dedicadas aos antepassados, em madeira, e uma com figura humana segurando uma estrutura côncava, representação da família. Logo ao lado, em cima de uma pequena base semelhante a uma mesa, estão dois objetos que são a representação de *Exu*.

Na parede do lado oposto observa-se um quadro com o mapa da África, seguido por um outro que fala dos povos africanos e de seus idiomas e modos de viver. Uma das fotos nesse quadro é uma reprodução de Pierre Verger.

A última vitrine está ao fundo da sala e apresenta os tecidos. Em uma estrutura de madeira estão quatro tecidos africanos, ao lado um tear, seguido por agulhas para tecer em um pequeno cesto. Na parede, um pôster com a imagem de uma mulher com cabelos trançados, acompanhada de um pequeno texto sobre cabelos e penteados africanos.

O museu abriga também uma sala de exposições temporárias, espaço que confere uma grande dinâmica para a instituição, na medida em que são realizados vários eventos ao longo do ano. Tais ocasiões, além de dar visibilidade às atividades do Museu, reforçam a sua inserção social.

Além das salas de exposição, o museu abriga 18 painéis monumentais de madeira esculpidos por Carybé, cada um deles com a imagem de um orixá acompanhada de representações sobre o que o alimenta, como também elementos de fortalecimento e renovação. Os painéis estão dispostos ao redor de uma grande sala, exclusivamente dedicada às obras, constituindo um local de grande interesse para a visitação.

Figura 1: Vitrine da realeza do Benim.

Fonte: Foto da autora.

Figura 2: Vitrine central “Trapizonga” da exposição de longa duração do MAFRO.

Fonte: Foto da autora.

Figura 3: Sala Carybé do MAFRO, observando-se parte dos 18 painéis de madeira expostos.

Fonte: <<http://pelourinhodiaenoite.salvador.ba.gov.br/museu-afro-brasileiro/>>. Acesso em: 28out. 2018.

5.3 DIAGNÓSTICO DO MAFRO

Neste item, são reunidas informações sobre o estado da documentação no período que antecede a implantação do projeto de Sistematização da Documentação e a Digitalização do Acervo do MAFRO/UFBA. O texto reportará ao contexto e motivação desta pesquisa – indagações que surgiram em decorrência do projeto –, o estágio de desenvolvimento da documentação encontrada à época do projeto, o perfil do corpo técnico, e os problemas de acesso à coleção.

5.3.1 Motivação e definição: conhecendo o espaço de pesquisa

O MAFRO é um espaço de muitos silêncios. São mais de trinta anos de atuação do Museu e, neste tempo, parte de sua história foi se desbotando. Com isso, durante o manuseio do acervo e sua documentação surgiram várias indagações.

O período de maio de 2013 a dezembro de 2015 marca a implantação do projeto “A Sistematização da Documentação e a Digitalização do Acervo do MAFRO/UFBA”, elaborado e coordenado tecnicamente pela autora desta dissertação de mestrado. O projeto foi financiado por um edital PROEXT/PROQESC, em parceria do MinC com a UFPE, compreendendo uma iniciativa que contemplou 23 projetos, também conhecida como “Acervo Afro Digital”, que consiste como parte da política de criação dos acervos digitais do Brasil.

O projeto inicial desencadeou várias reflexões, que motivaram a busca por informações na tentativa de sanar algumas dúvidas. Basicamente, as inquietações diziam respeito ao fato de que as instituições dependem de pessoas para funcionar, e são estas pessoas que tornam reais as missões institucionais. Logo, independente de quem financiou uma determinada ação, é preciso que o profissional responsável por ela detenha os conhecimentos necessários para a concretização da atividade, emprestando à instituição o seu *know-how*.

Em primeiro lugar, durante o processamento das peças e documentos do acervo museológico surgiram várias indagações envolvendo a figura de Pierre Verger. Mesmo havendo registros de sua responsabilidade pela aquisição dos

objetos que deram origem à Coleção Africana, observou-se que o seu nome não era mencionado nas fichas de identificação das peças, já existentes no museu, fazendo-se menção apenas a “Relações Exteriores”, o que motivou o questionamento da autora desta dissertação acerca das razões para tal supressão. Além disso, as peças adquiridas por ele haviam sido tratadas no Museu sem a contextualização devida, sem registro apropriado de procedência, o que revelou um aparente desconhecimento das condições de sua aquisição.

Segundo o discurso institucional oficial, reproduzido em matéria recente publicada do jornal virtual da UFBA (2017), o projeto original do Museu foi concebido por Pierre Verger e desenvolvido por Yeda Pessoa de Castro e Jacyra Oswald. Todavia, existem perguntas que não puderam ser respondidas durante a implementação do projeto de documentação, concluído em 2015 e que se tornaram objeto de investigação desta dissertação, motivando uma visita à Fundação Pierre Verger, em Salvador, instituição responsável pela guarda de coleções e documentos produzidos por ele durante o período em que residiu na Bahia.

Em pesquisa na Fundação Pierre Verger, realizada no mês de fevereiro de 2017 para a elaboração desta dissertação, foi localizada uma pasta intitulada “Museu Afro-Brasileiro” que elucida parte das questões acima expostas, principalmente no tocante à documentação das aquisições, pois nela estão os recibos, bem como o arrolamento das peças com atribuição de números para localização, além de informações diversas, como os nomes das localidades africanas visitadas para a compra das mesmas, dentre elas Dagbé, Pobé, Abomey, Ifanhim, ToriCatonou, Nigéria, Ibadan e Porto Novo.

A existência dessa pasta na Fundação Pierre Verger é de conhecimento de pesquisadores que já passaram pelo Museu e de seus dirigentes, atuais e antigos. Isso leva a sugerir algumas hipóteses, no sentido de que houve intencionalidade da Universidade Federal da Bahia em suprimir informações sobre o alcance e a importância de Pierre Verger na criação do MAFRO.

De fato, os documentos produzidos por Pierre Verger embasam e justificam a formação da Coleção Africana do MAFRO e, de acordo com a Fundação, estariam à disposição do Museu desde a sua criação, ainda que a instituição até aquela data não havia se apropriado deles ou, ao menos, providenciado uma simples cópia. A atitude de nunca ter associado tais documentos e as informações ali presentes ao contexto das peças, tratando-as como parte de um grande gabinete de curiosidades,

sem um propósito norteador para a sua seleção, corresponde a uma atitude que, no âmbito do patrimônio cultural, está ligada ao papel questionável das instituições públicas em determinar aquilo o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado.

Recuperada a origem da coleção africana, passa-se a analisar a documentação nos itens seguintes.

5.3.2 A documentação encontrada e seus pontos críticos

O primeiro contato da autora da dissertação com a coleção do MAFRO se deu em 2004, durante o curso de graduação em Museologia, com intuito de realizar estudo sobre a Cadeira de lalorixá¹⁷, ocasião que permitiu consulta à Documentação do acervo museológico e a observação de que a mesma era insuficiente para a caracterização da peça.

Posteriormente, em 2013, atendendo ao convite da diretoria do Museu para trabalhar na 1ª Exposição do Kiebè-Kiebè: dança iniciática do Congo Brazaville no Brasil, foi possível observar com maior detalhe a documentação das peças na instituição, notando-se, principalmente, que a mesma não atendia aos parâmetros sugeridos pelo ICOM quanto à organização da informação e segurança do acervo.

Em seguida, para a implantação do projeto de sistematização e digitalização da documentação do MAFRO foi realizado um diagnóstico, com observações pontuadas ao longo de dois anos e compiladas entre fevereiro e março de 2017. Esta atividade identificou os documentos do acervo, distinguindo-os em dois grupos, classificados conforme o seu nível de acesso e organização de acesso e organização: o primeiro, o grupo relativo ao material documentado, e o segundo, o grupo pendente de catalogação.

O primeiro grupo documental diz respeito à documentação museológica da instituição, que é constituída das coleções “Africana” e “Afro-Brasileira”, que têm sua origem no Centro de Estudo Afro Oriental (CEAO) e foi herdada pelo MAFRO nos anos 1980. Estes documentos estão armazenados em pastas específicas, classificadas para abrigar individualmente as informações de cada uma das peças.

As informações sobre as peças registradas na ocasião da aquisição foram mantidas sem alteração desde então. Também integra esse primeiro grupo a

¹⁷ Cadeira de lalorixá é um tipo de trono onde a pessoa de cargo mais alto do candomblé deverá sentar. É um objeto ritualístico, feito especificamente para cada um dos sacerdotes.

coleção “Estácio de Lima”¹⁸, bem como objetos não documentados armazenados na sala de processamento do Museu, dedicada às atividades de conservação e catalogação das peças.

Em 1994, os documentos do MAFRO foram objeto de um diagnóstico para o desenvolvimento do novo projeto expográfico para o Museu, onde foi proposta uma tipologia classificatória para “a definição do acervo do museu, o que exigiria seu imediato recadastramento” (SALUM, 1994, p. 75, grifo nosso). A autora segue uma análise tendo como ponto de partida a perspectiva antropológica, observando que

Dentre as muitas formas clássicas de classificação de artes africanas, destaca-se a de Gabus (1967), que resulta numa tipologia, digamos, semântica. Apesar de nortear-se no uso/junção do objeto, o campo epistemológico em que se insere o objeto é que garante sua posição na malha classificatória (SALUM, 1994, p. 75).

A proposta de documentação e exposição feita por Salum pode ser observada nos dias de hoje em questões pontuais, como na identificação das máscaras gelede e de outras peças que a citada autora pontua no seu artigo de 1997. Todavia, é curioso não haver relato quanto às fichas catalográficas produzidas pelo CEAO, órgão então responsável pelo MAFRO.

A documentação museológica deste primeiro grupo mencionado é de acesso público restrito. Com isso, estando disponíveis apenas aos integrantes da equipe técnica da instituição, bem como a pesquisadores mediante solicitação prévia.

O segundo grupo documental compreende listas de objetos de inúmeras outras coleções não catalogadas e, por esse motivo, não armazenadas em pastas como o restante da coleção. Todavia, essas listas fazem referência a peças que estão sob a guarda do Museu, ainda que não haja para elas um controle específico.

O acesso aos documentos de referência que não possuem pastas específicas não é público, observando-se que apenas uma parte do corpo técnico tem conhecimento de sua existência e pode consultar suas informações.

Tais observações foram feitas em 2014, durante uma análise dos recursos humanos disponíveis no Museu.

Com relação ao modo como a instituição enxerga a documentação, destaca-se que o corpo técnico a percebe como um processo caótico, não havendo um

¹⁸As peças que compõem a citada coleção ficarão sob a guarda do MAFRO por 10 anos, segundo convênio firmado junto à Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia.

documentalista, ou profissional especializado em documentação para orientá-los metodologicamente. Por outro lado, é importante ressaltar que, na visão das museólogas do MAFRO, a Documentação do acervo museológico é vista como um problema da ausência de recursos para a aquisição de equipamentos de informática. Para essas profissionais, a fonte de problemas não teria relação com a Ciência da Informação. Além disso, ao se iniciar o projeto e os trabalhos com os documentos do Museu, constatou-se as limitações do corpo técnico em lidar com ferramentas elementares disponíveis, como os programas Word e o Excel, situação que estabeleceu uma barreira enorme para a atualização tecnológica e de procedimentos.

Como consequência do quadro ora exposto, foram observadas as dificuldades da instituição para criar uma política de dinamização para o seu acervo. Além disso, os problemas com a Documentação do acervo museológico, bem como a impossibilidade de seu acesso amplo, prejudicam também o entendimento do papel da instituição frente aos preceitos da Museologia social, que “pode ser entendida como um “fenômeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural”¹⁹ (MOUTINHO, 1993).

A Museologia social apresenta uma definição de amplo alcance, principalmente no tocante à relação da instituição museu e suas coleções na abordagem para com o seu público, apontando para mudanças que dão lugar “a uma entidade aberta sobre o meio, consciente de sua relação orgânica com o seu próprio contexto social” (MOUTINHO, 1993). Com isso, a Museologia social, ao ampliar a percepção do bem cultural, apresenta uma “revolução museológica do nosso tempo, que se manifesta pela aparição de museus comunitários, [...] mesmos museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas de comunicação moderna” (Idem).

5.3.2.1 Documentos do MAFRO: documentos organizados

Como mencionado anteriormente, para se ter uma compreensão sobre os documentos que compõem a documentação do Museu, neste trabalho os documentos foram divididos em dois grandes grupos, sendo o primeiro relativo aos

documentos disponíveis no setor de documentação, aqui denominados de documentos oficiais, e outros que estão sob guarda da museóloga da instituição e possuem acesso mais restrito, denominados neste trabalho como documentos armazenados sem pastas específicas. Neste item, abordaremos o primeiro grupo de documentos, deixando, assunto abordado no tópico seguinte.

Em sua origem, na década de 1980, quando o CEAO organizou o acervo, as peças foram listadas em um inventário de patrimônio da universidade (folhas impressas marcadas a caneta indicando peças do acervo, em conferência), e para cada uma delas foram elaboradas fichas catalográficas, que serviram de matriz documental para outros documentos, tais como: fichas de arrolamento, etiqueta e registro museológico. Estes documentos individuais foram organizados, inicialmente, em pastas suspensas.

Figuras 4 e 5: Listagem de patrimônio da UFBA, à esquerda, e ficha catalográfica do CEAO, à direita.

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

Na documentação original, as pastas suspensas compreendiam o principal elemento de organização das informações sobre as peças do acervo. Deste modo, cada pasta continha documentos que conformavam um “dossiê” com todas as informações disponíveis sobre um determinado objeto.

Em um processo de triagem dos documentos, durante o desenvolvimento do projeto Sistematização e criação do acervo AfroDigital, percebeu-se que nem todas as peças possuíam uma pasta, ou mesmo os três documentos individuais previstos. Além disso, foram identificados documentos agrupados em quatro pastas armazenadas ao final do arquivo do Museu que, originalmente, integravam as referidas pastas individuais. Deste modo, uma breve classificação preliminar dos documentos arquivados no Museu permitiu observar que parte significativa dos registros originais das peças produzidos pelo CEAO havia se perdido.

O inventário organizado pelo CEAO corresponde a uma listagem contendo número de registro, nome da peça e localização. Trata-se de uma planilha simples, impressa, com informações que foram sendo complementadas manualmente ao longo do tempo, com a inserção de novos objetos, a lápis e a caneta.

Os novos objetos inseridos na listagem do CEAO, além de não integrarem as coleções originais do Museu, não possuem os documentos originalmente referentes àquelas coleções (ficha catalográfica, ficha de identificação e ficha de arrolamento).

Figura 6: Ficha Catalográfica utilizada no MAFRO.

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

As fichas de arrolamento compreendem formulários impressos em formato A4, com informações semelhantes às das fichas catalográficas. São preenchidas manualmente a lápis, com algumas informações complementadas a caneta e não possuem fotos.

Os registros museológicos, são fichas que reproduzem as mesmas informações das fichas catalográficas, em um formulário impresso em tamanho A4, possuindo maior espaço para a descrição das peças, e para um maior detalhamento sobre cada uma delas. Estas fichas, no entanto, não possuem espaço para foto, sendo também datilografadas identificou-se, pelo seu cabeçalho que elas, foram produzidas a partir de um financiamento obtido por aprovado em edital sobre arte sacra africana, do Pró-Memória, em 1984. As peças que foram inseridas no acervo até 1986 foram registradas nas fichas com este padrão, e as que chegaram posteriormente não possuem ficha.

Além das fichas citadas, a documentação é também composta por etiquetas, aplicadas diretamente nas peças, que visam garantir sua identificação. Elas apresentam nome da instituição, número de registro, nome do objeto, origem, dimensões, técnica e material.

Figura 7: Ficha de Arrolamento utilizada no MAFRO.

ARROLAMENTO DO ACERVO DO MUSEU AFRO-BRASILEIRO	
NOME DA PEÇA:	
FUNÇÃO:	
MATERIAL:	
NÚMERO DO OBJETO:	MAFRO 0494
NÚMERO PATRIMONIAL:	00000000000000000000
LOCALIZAÇÃO NA EXPOSIÇÃO:	
SALA:	VITRINE: NÚMERO NA VITRINE:
FOTOGRAFIA: ()	
ETIQUETA PATRIMONIAL: ()	
TÉCNICA:	
PROCEDÊNCIA:	
MODO DE AQUISIÇÃO:	
DATA DE ENTRADA:	
OBSERVAÇÕES:	
<p>em 2 partes, uma para o lado de fora e uma para o lado de dentro.</p> <p>em 2 partes, uma para o lado de fora e uma para o lado de dentro.</p>	

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

Figuras 8 e 9: Anverso e reverso da ficha de registro museológico do MAFRO.

Consórcio PRO-HISTÓRIA / PMS-SUPER LEVANTAMENTO DOS ACERVOS MUSEOLÓGICOS DE ARTE AFRICA NEGRA EM SALVADOR		NÚMERO DA FICHA 121111	
1. REGISTRO MUSEOLÓGICO DA PEÇA			
a. Nome da Instituição		b. Denominação da Peça	
Museu Afro Brasileiro		Representações de partes fora do comum	
c. "Código de Inventário"		d. Número de Ficha no Museu	
000		000	
e. Localização/Setor de Exposição		f. Data de Aquisição	
Sala 000 - vitrine 31		23.04.76	
g. Modo de Aquisição			
Doação - Ministério das Relações Exteriores do Brasil			
h. Procedência		i. Autoria	
Abomey		Adonou vaildi	
j. Observações			
Perfurações por toda a peça.			
2. DADOS TÉCNICOS DA PEÇA			
a. Denominação		c. Tipo	
Representação de partes fora do comum		Representação da generalidade	
b. Categoria		d. Dimensões	
Sacrário		5,0 cm x 4,5 cm x 11,5 cm	
e. Material(is)		f. Tratamento/Técnicas	
Barro cozido		Cerâmica	
Tinta		g. Estado de Conservação	
		Regular	
3. REGISTRO FOTOGRÁFICO		4. DATA DO LEVANTAMENTO	
a. Descrição Física		Janeiro de 1987	
Peça de cerâmica pintada de vermelho, composta de 2 painéis unidos por uma haste cilíndrica também de cerâmica. As painéis se encontram invertidos.		5. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	
b. Referências		Alitunga	
c. Fotografia			
d. Data			
e. Observações			

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

Figura 10: Etiqueta de identificação das peças do MAFRO.

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

Algumas etiquetas foram danificadas, motivando a sua substituição durante a implantação do projeto de requalificação da reserva técnica, em 2010. Durante este projeto, 98 peças receberam etiquetas sem referência de identificação alguma, ainda que se tratasse de objetos para os quais existiam as fichas anteriormente descritas, produzidas pelo CEAO. Deve ser ressaltado que a documentação foi produzida na década de 1980 e, no ano de 2010, com a reforma da reserva técnica, que apenas as etiquetas das peças foram trocadas.

Os elementos documentais criados pelo CEAO e utilizados pelo MAFRO operam de maneira limitada sob a perspectiva da organização do conhecimento, não tendo como finalidade principal a recuperação da informação. No entanto, tais documentos servem como principal referência para a identificação do acervo.

A documentação descrita apresenta características das recomendações do manual produzido por Camargo-Moro nos anos 1980, publicação muito utilizada na prática da documentação em museus de todo o Brasil (CAMARGO-MORO, 1986). Contudo, observa-se que o MAFRO realizou uma livre adaptação de parte dos princípios recomendados, uma vez que não foram implantados outros documentos de controle, ressaltando-se também que os documentos produzidos pela instituição foram elaborados por antropólogos e sociólogos.

5.3.2.2 Documentos não por organizados em pastas

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

UNIDADE: SUPREINTENDENCIA ADMINISTRATIVA
DIVISÃO DE MATERIAL

UNIDADE/ORGÃO - SETOR: CEARÁ/MSSE

DECLARO QUE RECEBI DO(A) SR(A) O MATERIAL ABAIXO ESPECIFICADO NO VALOR TOTAL DE:

ITEM	DESCRIÇÃO-NÚMERO DE EQUIPAMENTO	CLASSIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO
1	Sala de Fazer - Vitrine 04/05		1	1
2	Exposição - Vitrine A. Pessoa		1	1
3	do Castro		1	1
01/02	Bonete (02) de madeira nigé- riana (Sala do Fazer vitrine 04 e 05)		1	1
03/04	Tenda e Jacaré (Sala do Crer Vitrine 04 e 05) procedentes da Nigéria		1	1
05	Jogo de xadrez de madeira (Sala do Fazer Vitrine 04 e 05)		1	1
06	Cabaça decorada (Sala do Fa- zer Vitrine 04 e 05)		1	1
07/08	Pano de Costa (vareta de algodão entre de cada com franjas (Sala do Fazer Vitrine 05)		1	1
09	Pasta ferrada com Adão tecida de algodão tingido (Sala do Fazer) Vitrine 12 e 13		1	1
10/11	Capota de Ogun ferro e couro procedente da Nigéria (Sala do Crer Vitrine nº 17)		1	1
12	Polvorinho de madeira (Sala do Crer Vitrine nº 21)		1	1

LOCAL E DATA: _____ ASSINATURA E CARIMBO: _____

Figura 12: Mapeamento da primeira exposição de longa duração do MAFRO.

Fonte: MAFRO. Foto da autora.

5.4 SELEÇÃO DE PEÇAS PARA O OBJETO DE ESTUDO

Considerando a necessidade de aferir as consequências de uma documentação inadequada do acervo, bem como da ausência de consulta e relacionamento entre as informações registradas, serão descritos, a seguir, alguns problemas identificados.

Para avaliar a aplicação do modelo de análise e gestão do acervo do MAFRO proposto neste estudo, foram escolhidas nove peças que compõem a coleção Africana relativas a um grupo de objetos em cerâmica que referendam o universo feminino.

São representações de partos simbolizando diferentes tipos de gravidez, como, por exemplo, se um filho é do sexo feminino ou masculino, se os filhos são gêmeos e, ainda, se são do mesmo sexo ou de sexos diferentes, também sendo representado se a gravidez não foi bem-sucedida, resultando em aborto. A análise

de sua documentação permite mostrar o quanto procedimentos inadequados, em relação à documentação do acervo, prejudicam a interpretação e organização das peças.

Originalmente, tais peças, depois de confeccionadas, eram ofertadas a divindades colocadas em vasos de oferendas para tal finalidade, também confeccionados em cerâmica, o que pode ser comprovado em informações existentes nas fichas catalográficas doadas ao Museu pelo CEAO.

Os objetos selecionados são relacionados ao universo humano, observando o nascimento, o ato de gerar a vida, como também de agradecer uma mulher que gera a vida. São múltiplas as possibilidades de se dissertar sobre este pequeno grupo de objetos, considerando que os mesmos se apresentam como arte, antropologia e peça de museu. Ao longo do tempo, considerando o trajeto que percorreram até a sua entrada no museu, elas apresentam camadas sobrepostas de informações que podem ser analisadas a partir de diferentes prismas, sendo privilegiada, nesta dissertação, sua dimensão social.

Um conjunto de informações incompletas ou de difícil acesso, prejudicam a análise das peças, em especial, sobre sua função e significado no universo de cada coleção. Apesar das informações organizadas em pastas com as devidas fichas catalográficas indicando o nome e a procedência de cada peça, elas nem sempre foram mobilizadas, conduzindo a interpretações inadequadas. Por exemplo, os vasos de oferenda, que deveriam estar diretamente relacionados a outras peças a partir do ponto de vista funcional, foram catalogados como algo à parte, desvinculados das peças principais. As peças relativas à representação de gêmeos de placentas diferentes receberam, erroneamente, a denominação de cachimbo em sua ficha de conservação.

É preciso observar que os problemas relativos aos registros das peças não tiveram origem exatamente nas informações que foram produzidas nos primórdios da coleção, nos idos dos anos 1980, mas sim no processamento técnico do acervo nos períodos posteriores, uma vez que o mesmo era realizado por estagiários, sem a supervisão de um funcionário especializado do setor de documentação. A ausência de supervisão e problemas de acesso implicaram um trabalho superficial, sem consulta aos registros originais.

A documentação nos museus se reflete diretamente na disseminação das informações relativas a eles. A dimensão social de um acervo se expressa a partir

das informações sobre ele, registradas e relacionadas entre si. Do mesmo modo, a ação de tornar públicas as coleções e as informações sobre os acervos faz valer a máxima de que se preserva o que efetivamente se conhece.

Quadro 2: Peças da coleção de cerâmica: diferentes tipos de parto

Tohossu – representação de nascido com anormalidades físicas e mentais
<p>Vitrine nº 31 etiquetada nº 17 Sala do Crer</p> <p>Tohossu em barro cozido.</p> <p>Abomey (África Ocidental).</p> <p>Divindade que significa "rei da lagoa".</p> <p>São crianças que nascem com anormalidades físicas e mentais. Quando nascem de origem real são consideradas como deuses e em sua homenagem lhes são erguidos templos porém se não são de origem real, são jogadas de volta à lagoa de onde vieram segundo a lenda.</p> <p>No Brasil, em São Luís do Maranhão, existe na "Casa das Minas" um culto aos Tohossu de Abomê.</p> <p>Étimo Fon. 829</p> <p>Ceramista: Vincent Kinkhoué</p> <p>Doação: Ministério das Relações Exteriores do Brasil</p> <p>025.506-8 Entrada: 23/04/76</p>
Kosu ou Kosi – representação de nascido de mulher sem menstruação antes de conceber
<p>Sala do Crer</p> <p>Vitrine nº 31 etiqueta nº 24 Sala do Crer</p> <p>Kosu ou Kosi em barro cozido</p> <p>Abomey (Rep. Popular do Benin, África Ocidental)</p> <p>Kosu ou Kosi - Étimo Fon significa Nascido de uma mulher sem menstruação antes de conceber.</p> <p>Tombado como Olaria Kosu ou Kosi nascido de uma mulher sem "rôgles" antes de conceber.</p> <p>Ceramista: Vincent Kinkhoué</p> <p>Entrada: 23/04/76</p> <p>Doação: Ministério das Relações Exteriores do Brasil</p> <p>Nº de Tombo: 825 025.499-1</p>
Winsi – representação dos nascidos depois do prazo
<p>Sala do Crer</p> <p>Vitrine Nº 31 Etiqueta nº 25 Sala do Crer</p> <p>Winsi em barro cozido</p> <p>Abomey, República Popular do Benin (África Ocidental),</p> <p>Ceramista: Vincent Kinkhoué</p> <p>Entrada 23/04/76</p> <p>Doação. Ministério das Relações Exteriores do Brasil</p> <p>Tombado como - Olaria Winse (nascido depois do prazo),</p> <p>Étimo Fon</p> <p>Nº de tombo - 826</p> <p>025.496-7</p>

Housou ou Houmé - representação de nascido empelcado

Agossu – representa os nascidos pelos pés

Hoho – representa gêmeos nascidos do mesmo sexo

Hoho – representa gêmeos nascidos de sexos diferentes

Hoho – representa gêmeos nascidos do mesmo sexo

Hoho – representa gêmeos nascidos (macho e fêmea) sexos diferentes

Kozin – representação do nascido de barriga para baixo

Hunbadan – representa o filho abortado

6 CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DO ACERVO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados do projeto de documentação, organização e sistematização do acervo do MAFRO e as possíveis contribuições para a continuidade da gestão do acervo pela instituição.

O capítulo foi construído a partir da reflexão sobre o trabalho prático realizado, à luz dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de pós-graduação, combinando o resultado da presença em disciplinas e as leituras realizadas.

6.1 DIRETRIZES ADOTADAS

Tendo como ponto de partida as observações expostas no diagnóstico e com o objetivo de sugerir procedimentos para superar os problemas de documentação do MAFRO, optou-se por uma abordagem que abrangesse, de um lado, a gestão administrativa do museu, envolvendo desde as questões financeiras, como também as relativas aos equipamentos, espaço físico e as que dizem respeito à mão-de-obra especializada; de outro, os problemas com a documentação propriamente dita, abarcando as questões relativas ao tratamento das peças da instituição. Considerando a necessidade de descrevê-los com maior clareza, os dois grupos temáticos serão abordados separadamente, ainda que sejam indissociáveis.

6.2 PROCEDIMENTOS EM MÉTODO

O diagnóstico do MAFRO pautou a proposta de uma estratégia de atuação que ponderou a necessidade de revisão das informações sobre o acervo museológico e sua inserção em uma base de dados, que deveria funcionar, também, como instrumento de gestão e controle, envolvendo os seguintes aspectos da coleção: localização das peças, identificação individual, conservação, cessão de imagem, empréstimo e doação. A ideia do trabalho teve início considerando o

desenvolvimento de coleções “que é uma disciplina que procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos.” (WEITZEL, 2002, p. 64).

O novo sistema foi planejado como uma ferramenta de gestão, na medida em que, a partir dele, os responsáveis pelo museu poderiam controlar todas as informações a respeito de cada peça individualmente. A garantia de acesso ao conjunto das informações foi possível pela sua reunião em uma mesma base de dados, planejada de tal forma que não dependesse de um software específico.

A ideia de um sistema de documentação existiu desde s primeiros momentos, mas para operacionaliza-lo, foi mais complexo, partiu-se da premissa das partes que se realizam separadamente, e aos poucos vão sendo ligadas, em uma conexão que se estabelece lentamente. Para atingir tal objetivo, realizaram-se três documentos e, com base em tais premissas, as informações sobre o acervo foram compiladas de acordo com os seguintes passos, descritos na sequência:

- Elaboração e alimentação de Arquivo Matriz;
- Elaboração e implantação das Fichas de Identificação dos Objetos;
- Elaboração e implantação de Arquivo Dinâmico.

Refletindo sobre o que já foi realizado no Museu em termos de documentação, conforme especificado até aqui, seguiu-se o direcionamento do sistema de documentação, produzindo-se uma avaliação sobre o acervo e os documentos existentes, e um diagnóstico do seu estado de conservação.

Também foram estabelecidos os passos que seriam dados diante do resultado da avaliação. A esse momento chamou-se de triagem do acervo. Passado o momento de avaliação e de preparação de estratégias para desenvolver o processamento técnico, verificou-se que a classificação das peças obedeciaa um direcionamento ímpar e dentro da realidade do MAFRO elaboraram-se soluções específicas para o acervo, mas que podem ser utilizadas em coleções das mais diversas tipologias

6.2.1 A criação do Arquivo Matriz

A elaboração e a alimentação do Arquivo Matriz corresponderam à etapa na qual todas as informações disponíveis na documentação do MAFRO a respeito das

peças e suas coleções foram inseridas em uma planilha do Excel, aplicativo de ampla interoperabilidade com outros softwares.

Os campos da planilha foram preenchidos a partir de respostas a perguntas relativas ao acervo que já estavam disponíveis, ou que resultaram do processamento das peças naquele momento. O objetivo foi o de reunir uma maior quantidade possível de informações sobre cada uma das peças, ainda que sintéticas, procurando, em um primeiro momento, sistematizar e resumir os dados disponíveis na instituição. Essa etapa foi desenvolvida a partir de outras experiências de aplicação bem-sucedidas.

A parte mais complexa do trabalho foi a da classificação, quando os conceitos foram hierarquizados. A classificação visou atender a parâmetros previamente estabelecidos, considerando que os objetos estudados são oriundos de um determinado grupo étnico e constituem objetos etnográficos²⁰.

Em seguida, o processamento das peças foi aprofundado a partir de dados de pesquisa em fontes secundárias, de modo a preencher as lacunas a respeito da descrição das mesmas. Para isso, foram consultados livros, catálogos e outras publicações, principalmente sobre arte africana. Tais informações, somadas às disponíveis no arquivo do museu, permitiram a organização de dossiês para cada peça do acervo, que alcançaram, inclusive, o histórico de participação das peças em determinadas exposições, dentro e fora da instituição. Do mesmo modo, registrou-se se as peças foram tema de algum estudo acadêmico, se fizeram parte de catálogo, ou qualquer outra informação relevante.

O Arquivo Matriz, ao ser alimentado, consistiu na base de compartilhamento para todos os produtos planejados em relação à gestão das informações do acervo na instituição. Seu objetivo era garantir a existência de um espaço no qual as informações fossem representativas do acervo. Buscava-se inicialmente criar links do arquivo matriz para outras fichas de identificação dos objetos como uma forma de facilitar o trabalho, mas a ideia não se concretizou, uma vez que seu preenchimento foi efetuado por estagiários que se alternaram durante o projeto. Procurou-se registrar dados de cada objeto individual: dados estáveis, referentes à descrição e

²⁰ Lista de tipologias de objetos passíveis de serem encontrados em museus tomando por base o inventário realizado pelo Projeto de Documentação do Acervo dos Museus da SEC-SP (BOTTALLO, 2010, p. 74).

Id do ICOM-CIDOC, não haviam sido observados anteriormente pela instituição. O *Object Id* é uma norma internacional desenvolvida com a colaboração de “museus, comerciantes, organização de patrimônio cultural, agências de aplicação da lei e de consumo, avaliadores e indústria de seguros” (ICOM, 2017, p.2).

Esse procedimento garantiu que fossem estabelecidos campos que são adaptados para metadados²¹, respondidos de forma direta, de acordo com os parâmetros do Identificador de Objetos sugeridos pelo ICOM-CIDOC, além de espaço para duas fotos de cada peça, relativas ao registro de anverso e reverso.

A catalogação dos objetos seguiu as recomendações assinaladas no seguinte quadro:

Quadro 3: Indicações descritivas

Informações (metadados)	Spectrum	Object ID	Instrução normativa do IBRAM ²²
Identificação do objeto /Nome / Denominação	X	X	X
Número de registro/ Outros números			X
Aquisição	X		
Localização do objeto	X		
Referência	X	X	
Data	X		
Organização	X		

²¹Metadados porque são os mesmos termos usados nos campos para catalogação online disponibilizados no programa Tainacan.

²² RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 29 DE AGOSTO DE 2014. Estabelece elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

Informações (metadados)	Spectrum	Object ID	Instrução normativa do IBRAM ²²
Entidade	X		
Indivíduo / Autor	X		X
Localização	X		
Descrição do objeto	X	X	X
Produção do objeto	X	X	
Histórico do objeto e informação associada	X		
Imagens do objeto		X	
Dimensões		X	X
Material / Técnica		X	X
Origem / Procedência		X	

Fonte: A autora.

O preenchimento da Ficha de Identificação se deu a partir da observação do próprio objeto-documento, ou das inscrições que acompanhavam as peças. Considerou-se que o momento da catalogação é de extrema importância para a descrição das peças, sendo imprescindível que as perguntas sobre cada documento se esgotem.

A ficha foi dividida em dois módulos: o primeiro diz respeito a dados permanentes ou estáveis, com respostas diretas e objetivas referentes a perguntas sobre o número de registro, dimensões da peça, material constitutivo, autoria e origem. O segundo módulo é direcionado a questões mais subjetivas, quando se

procura por dados não estáveis, que pedem observação e análise dos dados, como as descrições, histórico e análise iconográfica.

Durante o preenchimento das Fichas, observou-se que as duas coleções do CEAO apresentavam hiatos, principalmente no que se refere às informações sobre a origem das peças. Por exemplo, no que tange aos documentos da Coleção africana, a procedência informada era “doação do Ministério das Relações Exteriores”, enquanto na Coleção Afro-Brasileira, “compra no Mercado Modelo, em Salvador”.

Após a consulta às informações disponíveis no arquivo do museu, o preenchimento das Fichas de Identificação dos Objetos envolveu o manuseio das coleções, atividade que contou, em alguns casos, com vários colaboradores, principalmente nas ocasiões onde se fez necessário o registro de características de peças de grande porte.

Os procedimentos necessários para a aferição das peças alcançaram também as que estão em exposição de longa duração, acarretando um planejamento prévio de modo a promover a celeridade do processo, evitando-se, assim, impactar a visitação do Museu.

Para o registro fotográfico das peças, por sua vez, fez-se necessário a montagem de um espaço específico, dadas as peculiaridades do acervo e, em alguns casos, sua dimensão, fato que requereu a adaptação de equipamentos para que se alcançasse um resultado de registro satisfatório.

Considerando a necessidade de deslocamento das peças, procurou-se realizar o processamento das tarefas em sequência, aproveitando-se, por exemplo, o momento de registro fotográfico para a aferição de medidas. Apenas a pesagem das peças, tarefa que deveria ter acontecido também nesse momento, não foi realizada, devido à indisponibilidade de equipamento na instituição.

Figura 14: Ficha de Identificação do Objeto.

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Museu Afro-Brasileiro

FICHA DE DOCUMENTAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	
Nº do Registro: MAF 0381 Arquivo matriz Outros Números: nº objeto 1585 RT 0530 MAB 0342 nº etiqueta caixa 12 Designação: Pulseira Coleção: Africana Modo de Aquisição: Doação Origem: Benin Procedência: Ministério das Relações Exteriores Função: Adornar braços Tipologia: Adorno Dimensões e Peso: 11cm diâmetro Materiais: Metal /Cobre Técnica: Cera perdida Autoria: Não há registro
Descrição Formal:	Análise Iconográfica/Iconológico:
Objeto circular em metal escuro, apresenta decoração, grafismos. É uma pulseira em metal sólido.	
Histórico:	Localização:
	Reserva técnica -Caixa MT 12 bandeja 1
Referências: Fichas do CEAO, documentos da pasta	Observações:
Estado de Conservação: ()Ótimo (X)Bom ()Regular () Ruim	Observações referentes à Conservação, verificar ficha:
Data do Preenchimento 06/07/2015	Responsável pelo preenchimento:

Fonte: A autora.

6.2.3 Um modelo compacto ou Resumo Dinâmico

O Resumo Dinâmico compreende uma síntese das informações sobre as peças do Museu, apresentando-se como uma listagem de inventário com fotos, organizado a partir da Ficha de Identificação do Objeto.

No resumo são apresentados apenas quatro itens, de modo a facilitar a consulta geral das peças, seja por meio de sua imagem, ou de sua designação: número de registro, nome, dimensões e fotos anverso e reverso da mesma peça.

Em relação às fotos, verifica-se hoje que seria interessante – e possível – atualizar o resumo dinâmico inserindo uma galeria de fotos com detalhes da peça que auxiliariam na melhor visualização do objeto, por exemplo, com no máximo oito fotos de ângulos diferentes.

O Resumo Dinâmico consiste em um arquivo construído em Word com fotos ajustadas no Photoshop, que podem ser utilizadas em qualquer programa. Quanto à dimensão das fotos, não há prejuízos em relação à sua resolução, destacando-se que os arquivos podem ser ampliados para melhor visualização.

A função do Resumo Dinâmico é a de evitar o acesso direto ao acervo e o seu manuseio, permitindo, por exemplo, que a seleção de peças para uma exposição temporária seja feita a partir da consulta às principais referências dos objetos. O Resumo dinâmico pode ser enviado ao interessado como um arquivo a partir do qual é possível não apenas observar detalhes dos objetos, como também planejar suportes expositivos a partir das informações sobre suas dimensões.

Diante dos avanços tecnológicos, o Resumo dinâmico se adapta à melhor forma de visualização para o cliente. Embora tenha sido pensado inicialmente como algo em formato de texto e foto, o conceito do arquivo pode ser realizado em outras mídias.

Por exemplo, pode ser transferido para um vídeo com imagens apresentadas visando uma melhor percepção do conteúdo, ou ainda, de forma que possa permitir a exploração do objeto em 3D.

Figura 15: Arquivo Dinâmico

Fonte: A autora.

O entendimento sobre sistema de documentação se fez representar nos produtos criados para que se organizasse a documentação no MAFRO. No entanto, a área de sistemas de informação em museus tem produzido muitas pesquisas e serviços de grande importância, podendo ser citadas algumas das mais divulgadas na atualidade, a título de registro dos caminhos trilhados na época e contextualização na qual a dissertação foi baseada.

Dentre os sistemas criados especificamente para atender à Museologia, destacam-se, sem esgotar a lista, a norma SPECTRUM, e também um sistema de gerenciamento de coleções, o TSM (System Management System) da GallerySystem, que deve atuar em parceria com o e-Museum, software baseado na web. Integrados, podem disponibilizar informações diretamente em sites, bem como o CCO, LIDO, CCDO, vocabulários do Getty (AAT e TGN) e Europeana, dentre outros.

6.3 A ORGANIZAÇÃO DA BASE DE DADOS VIA PLATAFORMA INACAN

A disponibilização das informações de um acervo é fundamental para garantir a comunicação entre a instituição e os usuários. O catálogo ou base de dados, organizado em campos e seguindo padrões, viabiliza o acesso aos dados das coleções. Quando disponibilizado online, dispensa a presença física do usuário para realização de consultas.

Os primeiros encaminhamentos se deram a partir do Cultura Digital, uma iniciativa do Governo Federal à qual se seguiram as iniciativas da parceria que culminaram na utilização do programa Tainacan, plataforma digital destinada à disponibilização dos acervos afro-brasileiros, que se constitui em uma

[...] ferramenta de código aberto [...] batizada a partir de lenda indígena oriunda dos povos Carajás – voltada para a gestão de acervos culturais de arquivos, museus, bibliotecas e cinematecas, trazendo ainda uma camada voltada para a colaboração de usuários, e que entra em fase final de testes após um ano de pesquisas (IBRAM, [201-?]).

Trata-se de uma plataforma de gestão cultural que tem alcançado os seus objetivos por ser maleável no quesito interoperabilidade, permitindo múltiplas possibilidades de aplicação frente à diversidade dos acervos. O sistema utiliza uma linguagem simples e funciona no WordPress.

O processo de organização e sistematização da informação no MAFRO, por ser um projeto que estava inserido no edital de criação dos acervos digitais do Brasil, permitiu a disponibilização de acesso informatizado, a partir da utilização do Tainacan.

A solução Tainacan foi experimentada em projetos piloto do Ministério da Cultura. Em 2015, foi utilizado no projeto Afro Digital, iniciativa que envolveu mais de 22 instituições que, financiadas pelo Ministério da Cultura e orientadas pela Universidade Federal de Pernambuco, construíram coleções digitais com foco na cultura afro (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015) (MARTINS e outros, 2017, p. 6).

O treinamento para a operacionalização do Tainacan ocorreu em 2015, durante seminário destinado à integração dos projetos. Visando reunir um maior número de informações possíveis sobre acervo, por meio do Tainacan foi possível agrupar textos, vídeos, fotografias, áudios e todas as demais informações compiladas pelos projetos, em uma iniciativa que primava pela perspectiva de Otlet.

Enquanto única museóloga no processo de construção da base de dados na plataforma Tainacan, buscou-se utilizar, da melhor maneira possível, o sistema Tainacan como suporte para acolher o trabalho de organização do conhecimento desenvolvido no MAFRO. Utilizando o Tainacan, mais os recursos anteriormente definidos (arquivo matriz, ficha de identificação, ficha resumo), foi possível estruturar os metadados do MAFRO de acordo com as sugestões do ICOM.

Das 1800 peças aproximadamente existentes no acervo do MAFRO, apenas 385 estão disponibilizadas na plataforma digital intitulada Acervo AfroDigital²³, o que equivale a 25% do todo. Visualmente o Tainacan se apresenta da seguinte forma, na interface do museu disponibilizada na Internet:

Figura 16: Página de abertura do site DocMAFRO/UFBA.

Fonte: <<http://afro.culturadigital.br/item/m%C3%A1scara-geled%C3%A9-em-madeira/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

²³ Disponível em: <<http://afro.culturadigital.br/>>. Acesso em 20 out. 2018.

A interface foi feita pelos criadores da plataforma, cabendo à administradora do projeto inserir uma foto que melhor representasse o Museu, bem como sua identidade visual ou a marca.

Do lado esquerdo da página, são dispostas abas para a seleção de peças do acervo, considerando: categorias, objetos relacionados e um espaço de busca onde basta digitar as três primeiras letras que identifiquem uma determinada peça. Sob cada categoria, são discriminados os itens de classificação ou tipologia dos objetos, de acordo com proposta apresentada pela autora desta dissertação. Ao clicar nos itens, são apresentadas as imagens correspondentes.

Figura 17: Página da coleção MAFRO relativa à apresentação dos objetos de madeira.

Fonte: <<http://afro.culturadigital.br/item/m%C3%A1scara-geled%C3%A9-em-madeira/>>. Acesso em 28 out. 2018.

Os metadados do sistema também foram definidos segundo os parâmetros propostos pela autora, e compõem o espaço virtual do MAFRO na plataforma. Foram utilizados os termos existentes na ficha de identificação do objeto, como se pode observar na Figura 17. Num primeiro momento, é disponibilizada imagem da peça e sua denominação – por exemplo, máscara geledé em madeira.

Ao clicar na imagem, uma série de dados são disponibilizados sobre a peça, conforme pode ser visto nas respectivas figuras. Abaixo da descrição, os itens de

fonte, votação, compartilhamentos, além de um espaço, ao lado direito da tela intitulado anexo, onde são apresentadas duas fotos, uma de anverso e outra de reverso do objeto.

Figura 18: Exemplo de visualização de objetos do acervo.

Fonte: <<http://afro.culturadigital.br/item/m%C3%A1scara-geled%C3%A9-em-madeira/>>. Acesso em 28 out. 2018.

A figura a seguir apresenta os metadados elaborados a partir dos elementos componentes da ficha de identificação do objeto.

Figura 19: Metadados relativos ao objeto visualizado.

The screenshot shows a web browser window with the address bar displaying 'afro.culturadigital.br/item/máscara-geledé-em-madeira/'. Below the browser window, a metadata form titled 'Metadados' is visible. The form is organized into a grid with the following fields:

Metadados	
Campo vazio. Clique para editar.	Relacionado Campo vazio. Clique para editar.
Nº do Registro Campo vazio. Clique para editar.	Outros Números Campo vazio. Clique para editar.
Designação Campo vazio. Clique para editar.	Modo de Aquisição Campo vazio. Clique para editar.
Origem	Procedência

Fonte: <<http://afro.culturadigital.br/item/m%C3%A1scara-geled%C3%A9-em-madeira/>>.
Acesso em 28 out. 2018.

O Acervo AfroDigital do MAFRO foi disponibilizado na plataforma do Ministério da Cultura em 2016. Porém, com os problemas relacionados à tentativa de extinção do Ministério da Cultura, a plataforma foi transferida para a UFPE, quando se perderam inúmeras imagens e informações. Hoje, outubro de 2018, das imagens de 925 objetos inseridos anteriormente, foram recuperadas apenas 385, destacando-se que a perda de metadados foi total.

Infelizmente, perdeu-se a oportunidade de dar visibilidade a um acervo pouco conhecido. Apesar de sua relevância, as coleções do MAFRO, antes disso, pareciam estar guardadas em segredo! Pode-se estabelecer um paralelo entre o segredo e a história oral que, para a história do povo negro, é um dos pontos de resistência, principalmente no que diz respeito à religiosidade. O segredo também relega o acervo ao esquecimento e, conseqüentemente, à não preservação. Reside aí a importância de se recuperar e manter o repositório com o acervo do MAFRO via plataforma Tainacan.

6.4 REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO E PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

O trabalho desenvolvido no MAFRO até o ano de 2015 cumpriu o seu objetivo previamente estabelecido. A partir da experiência adquirida foi possível observar as muitas possibilidades que a atividade de documentação em museus pode viabilizar.

As informações do acervo museológico, uma vez organizadas, abrem portas para a construção do conhecimento, possibilitando aos técnicos da instituição e aos pesquisadores desenvolverem as potencialidades das coleções existentes.

A partir das ações definidas para o tratamento da documentação do acervo museológico no MAFRO – algumas aplicadas e outras sugeridas –, foi possível estabelecer uma visão sistêmica sobre a gestão e a administração da instituição que permite visualizar meios de alcançar a melhoria da qualidade da atuação da instituição. A implementação de novos instrumentos interfere diretamente na administração do museu, levando à necessidade de articular melhor aspectos administrativos e técnicos. Neste sentido, a expectativa é que as boas práticas de gestão contribuam também para uma melhor articulação da instituição com outras instâncias da vida social e acadêmica.

Dentre as sugestões derivadas da reflexão sobre a atividade prática, está a criação de uma Comissão de Acervo constituída por membros da universidade, da sociedade civil e profissionais da área de museus (museólogos, documentalistas etc.) cujo objetivo é discutir e apontar soluções e encaminhamentos para os mais diversos assuntos que dizem respeito à administração, tratamento e extroversão das coleções. A ela caberia, principalmente, estabelecer uma política de informação e, de forma correspondente, uma política de acervo, cujo objetivo principal seria estabelecer metodologias e critérios de tratamento, guarda, descarte de peças, bem como encaminhar iniciativas no sentido de definir um vocabulário para designar e representar os objetos do museu.

A definição de uma política de gestão para o museu é imprescindível e se estabelece na prática com algumas ações, tomando como ponto de partida o desenvolvimento do plano museológico, peça fundamental para a organização da instituição, ao qual estão diretamente ligadas as atividades de gestão do acervo propriamente ditas. A legislação do IBRAM sugere as seguintes medidas na esfera prática da documentação museológica:

1. Política de aquisição e descarte;
2. Inventário;
3. Catalogação;
4. Circulação.

A política de aquisição e descarte visa assegurar que os procedimentos sejam institucionais ou, dito de outro modo, não sejam definidos por apenas uma pessoa, sob o risco de se incorrer em erros irreversíveis. O inventário e a catalogação objetivam garantir orientações para os procedimentos de registro uniforme do acervo. Já a circulação diz respeito ao estabelecimento de padrões para o controle do fluxo e divulgação do acervo das instituições.

Outra sugestão não menos importante é o investimento na exportação dos registros já informatizados para um software de gestão mais apropriado à documentação de museus, de modo a garantir sua integridade e a possibilidade de sua melhor exploração. Esse investimento deverá exigir a participação de pessoal especializado na escolha do aplicativo mais adequado aos objetivos visados.

O conjunto de procedimentos e instrumentos, somados ao uso e acompanhamento das recomendações internacionais de gestão de coleções permitirá o controle do acervo e assegurará uma estrutura capaz de gerar produtos informacionais mais aptos a dar conta das expectativas dos públicos do MAFRO, sejam eles ou não pesquisadores especializados. Em resumo, permitirá ao museu alcançar seus objetivos de uma melhor qualidade no atendimento ao público e uma gestão mais dinâmica.

É preciso dizer, no entanto, que a representação do acervo do MAFRO ainda carece de instrumentos mais fortes para recuperar a dimensão social dos objetos e da cultura ali depositados. Essa representação foi, no trabalho prático implementado, esboçada, mas não houve o investimento para o seu desenvolvimento. Embora a reflexão tenha avançado no sentido de assinalar a importância das linguagens documentárias para a representação e a recuperação das informações para o acervo, esse tópico não foi privilegiado na execução do trabalho concluído em 2015 e agora, com o Mestrado Profissional. Contudo, acredita-se que foram reunidos elementos para que essa dimensão documentária seja alcançada mais adiante.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida nesta dissertação procurou abordar os critérios utilizados para a organização da informação em museus enfocando, mais precisamente, os aspectos da Documentação de acervo museológico. Buscou-se compreender os hiatos existentes entre o fazer concreto da documentação e as recomendações das diretrizes produzidas pelos organismos internacionais. Face às recomendações, o resultado concreto de documentação do acervo do MAFRO apresenta suas diferenças, seja a partir das práticas de trabalho, ou de adaptação das normas. O cotejamento do resultado da prática versus recomendações mostra, de qualquer maneira, a importância de contar com referências para a documentação e organização de acervos dos museus.

A partir das observações em campo, percebeu-se que as questões referentes à definição de metodologias de trabalho e as práticas ainda exigem atenção. Do ponto de vista da gestão das coleções e do acervo, a realidade sobre documentação de acervos museológicos apresenta questões que envolvem parametrizações e marcos norteadores que nos museus ainda não foram consolidadas.

Verificou-se que as iniciativas internacionais e também as ações desenvolvidas em âmbito nacional que visam o estabelecimento de parâmetros para a documentação ainda enfrentam resistência junto aos profissionais: há pouca adesão ou mesmo total desconhecimento de tais recomendações, o que prejudica a implantação de uma política efetiva de informação em museus. De fato, não basta contar com diretrizes metodológicas para descrever objetos se os profissionais da área não são envolvidos na tarefa de sua aplicação. Há de haver ações de motivação e há que se promover o acesso às normas, instruções e recomendações, como também incentivo ao seu uso e oportunidades de discussões e treinamentos.

Nesse sentido, é relevante o papel do IBRAM, órgão responsável pelo desenvolvimento e aplicação da Política Nacional de Museus, no que diz respeito às iniciativas dirigidas à documentação e à difusão dos acervos dos museus brasileiros por meio de instruções normativas, a exemplo das normas para a elaboração do plano museológico, que constitui um plano de gestão da instituição abrangendo a gestão de coleções. As iniciativas instituídas pelo IBRAM estão em consonância com

a norma SPECTRUM e com os demais textos de referência organizados pelo ICOM e entidades brasileiras.

Tendo como ponto de partida a análise direcionada a um estudo de caso, foi possível cumprir o objetivo geral da pesquisa, que era o de refletir sobre os critérios para a organização do conhecimento do acervo do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia, o MAFRO/UFBA (MAFRO), utilizando-se de instrumentos de gestão para promover uma padronização da documentação do acervo museológico. Acredita-se que a atividade empreendida conseguiu sistematizar e apresentar uma experiência concreta de organização, bem como de refletir teórica e metodologicamente sobre esse fazer, o que permite rever criticamente o trabalho realizado e propor novos encaminhamentos e adequação.

Levando-se em consideração que a pesquisa observou o espaço específico do MAFRO, pode-se afirmar, também, que a elaboração da dissertação teve desdobramentos, a exemplo do maior interesse mostrado pela instituição em buscar fragmentos de sua gênese e de recuperar a história da criação do museu. Reitera-se que a visita e a pesquisa feita junto à Fundação Pierre Verger implicou na descoberta de uma pasta organizada por Pierre Verger para ser entregue ao MAFRO, que estava naquela instituição há 30 anos. A partir de então, a diretoria do MAFRO e a Fundação Pierre Verger estabeleceram laços de intercâmbio mais sólidos, o que deu origem a uma exposição de longa duração com o título “Ojú Obá: os olhos de Xangô”, inaugurada em setembro de 2018.

A concepção expográfica adotada tem como ponto de partida um olhar decolonizador sobre a África, e é também uma homenagem ao curador inicial do museu. “Ojú Obá, os olhos de Xangô, assim é chamado o viajante e fotógrafo Pierre Fatumbi Verger, que entre os anos de 1975 e 1976 recolheu peças da África Ocidental, que posteriormente tornaram-se parte da Coleção Africana do MAFRO/UFBA”²⁴.

A pesquisa contribuiu, desse modo, para apontar uma direção para o MAFRO no sentido de olhar para dentro do museu, de vasculhar as pistas existentes e de relacionar os documentos que aparentemente não estavam dialogando entre si. É possível entender, agora, que se tratava de um mesmo quebra-cabeça cujas peças estavam dispersas. As duas instituições – o MAFRO e a Fundação Pierre Verger –

²⁴ Disponível em: <http://www.agenda.ufba.br/?tribe_events=exposicao-mafricas-as-africanas-do-mafro>. Acesso em: 20 out. 2018.

reuniam documentos que guardavam fragmentos de uma mesma história, a história do Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia.

Conclui-se esta dissertação na esperança de que as reflexões aqui realizadas constituam ponto de partida para novas pesquisas, e para que, do ponto de vista das relações acadêmicas entre a Museologia e a Ciência da Informação, seja possível continuar intervindo nas interfaces teóricas e metodológicas para o trabalho com a documentação em geral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio Fonseca de. **Plano museológico**: marco de regulação da gestão museal no Brasil. In: BARJA, Wagner. **Gestão museológica**: questões teóricas e práticas. Anais do Seminário Internacional de Gestão Museológica. Brasília: Edições Câmara, 2013. 347 p. Série obras em parceria n. 7. Disponível em: <https://www.abgc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/PlanoMuseol%C3%B3gico_C%C3%ADcero-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

ARBOIT, Aline Elis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Conhecimento e Linguagem na Organização do Conhecimento**. Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v.14, n. 2013. Marília, 2013. Disponível em:<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000013851/580326feba2b811ac7a37136da58752>>. Acesso em: 28 out. 2018.

AUSTIN, Derek; DALE, Peter. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngües**. Tradução Blanca Amaro de Meto. Revisão Ligia María Café de Miranda. Brasília: IBICT/SENAI, 1993.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1946.

BARTHES, Roland. **A semântica do objeto**. Florença: Sansoni, 1966.

BRULON, Bruno Soares. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. **Revista Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.25, n.1, p. 25-37, jan./abr. 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de Cultura Material e coleções museológicas: Avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio R. (Org.). Cultural Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: **Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST**, 2009, v. 1, p. 14-25.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360,1991. Tradução Luciane Artêncio. São Paulo: PPGCI-ECA/USP, 2004. Disponível em:<[http://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20\(thing\).pdf](http://www.cin.ufpe.br/~cjgf/TECNOLOGIA%20-%20material%20NAO-CLASSIFICADO/Informacao%20como%20Coisa%20(thing).pdf)>. Acesso em: 08 de out. 2017.

BUCKLAND, Michael Keeble. "What Is a "Document"? **Journal of the American Society for Information Science**, Carolina do Norte, v. 9, n. 48, p.804-809, set. 1997. Disponível em:<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199709%2948%3A9%3C804%3A%3AAID-ASI5%3E3.0.CO%3B2-V>>. Acesso em: 08 out. 2017.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, Ana Lúcia de Siaines. **O museu do sagrado ao segredo**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

CAMARGO-MOURO, Maria Fernanda de. **Museus: aquisição/documentação tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CAFÉ, Ligia Maria Arruda; BARROS, Camila Monteiro de. Organização do conhecimento: uma análise conceitual nos anais do ENANCIB. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 20, n.1, p 86-112, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/42696>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito da informação. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília. v.4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011.

CASTELS, Manuel. **A Sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. In: _____ **A era da Informação: economia, sociedade e cultura**, v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERÁVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, v.1, n.10, p. 241-253, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/viewFile/109390/107874>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CERÁVOLO, Suely Moraes. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM)**: a organização da informação para o Museu de Astronomia Veterinária (FMVZ/USP). 1998. 84 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.museologia.ffch.ufba.br/sites/museologia.ffch.ufba.br/files/ceravolo_s._dissertacao_017.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2017.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001 [1992], p. 13-16.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CINTRA, Ana Maria ET al. **Para entender as Linguagens Documentárias**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: POLIS, 2002.

CINTRA, Anna Maria. Elementos de Linguística para estudo de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n.1, p. 5-22, 1983.

CRIPPA, Giulia. Museus e linguagem: uma análise semiótica das interações entre museu e cidades. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 133-152, jan./jun. 2013.

DAY, Ronald E. Critical theory and bibliography in cross-disciplinary environments. In: FOSTER, David William; KELLY, James R. (ed.). **Bibliography in Literature, Folklore, Language and Linguistics Essays on the Status of the Field**. Jefferson, North Carolina; London: McFarland & Company, p 89 -104, 2003.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Concepts clés de muséologie**. Paris: ICOM/Armand Colin, 2010. Disponível em: <http://www.icommusees.fr/uploads/media/publication/Concepts-CI__s.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 177p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1997.

FABBRI, Angélica et. al. **Brodowski**: Associação Cultural dos Amigos do Museu Casa de Portinari. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. São Paulo: 2010. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica**: teoria para uma boa prática. Disponível em: <<https://meumuseu.files.wordpress.com/.../documentac3a7c3a3o-museolc3b3gica->>. Acesso em: 28 out. 2018.

FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro de objetos do patrimônio cultural nos museus brasileiros**. Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.tesauromuseus.com.br/download/tesouro.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FROHMANN, Berndt. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. (orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GILL, Melissa. Knowledge Organization within the Museum Domain: Introduction. In: **Knowledge Organization**: Official Journal of the International Society for Knowledge Organization. ISSN 0943 – 7444. International Journal devoted to Concept Theory, Classification, Indexing and Knowledge Representation. pp. 469-471.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **Revista DataGramaZero**, Paraíba, v. 2, n.4, Ago. 2001.

GOMEZ, Maria Nélida González de. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set/dez, 2012.

GOMEZ, Maria Nélida González de. Metodologia de Pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista DataGramaZero**, Paraíba, v.1, n. 6, Dez. 2000.

GOMEZ, Maria Nélida Gonzáles de. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n2, p. 7-31, 1999.

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, p. 105-117, 2009. ISSN 1888-0967.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Resolução normativa nº 02, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 set. 2014. Seção 1. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

_____. **Subsídios para a Elaboração de Planos Museológicos**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

_____. **Tainacan: museus cariocas preparam-se para testar solução para acervos digitais**. Brasília, [201-?]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/tag/projeto-tainacan/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

ICOM. Conselho Internacional de Museus. **Como gerir um museu**: manual prático. [edição e coordenação Patrick J. Boylan] Brodowski, SP: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2015.

_____. Declaração de Caracas 1992. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº15. Lisboa 1999. Disponível em: <<http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

_____. **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos:** categorias de informação do CIDOC. Coleção Gestão e documentação de acervos: textos de referência, v.1. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

_____. **SPECTRUM:** padrão para gestão de coleções para museus do Reino Unido/CollectionsTrust. In: **Roteiros do CIDOC e Glossário da norma SPECTRUM 4.0.** Coleção Gestão e documentação de acervos: textos de referência, v.2. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Dayse Pires (orgs.) **Informação e Contemporaneidade:** perspectivas. Recife: NECTAR, 2007.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceito de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Temma. **Informação e Informação**, Londrina, v. 16. n. 3., p. 92 – 121, jan./jun. 2011.

LARA Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, Maria de Fátima. Linguística documentária e terminologia: experiência didática na interface das disciplinas. **Questões em rede.** Repositório das apresentações e palestras nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação –ENANCIB, 2006. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/720>>. Acesso em: 20 out. 2018.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. A Noção de Estrutura e os Registros de Informação dos Sistemas Documentários. **Questões em rede** Repositório das apresentações e palestras nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ENANCIB, 2009. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/81>>. Acesso em: 28 out. 2018.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc & Jacob, Christian (orgs.). **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 21-44.

_____. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, André (org.). **Tramas da rede:** novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Trad. Marcela Mortara. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.39-63.

LIMA, Vânia Maria Alves. A organização do conhecimento no domínio da Ciência da Informação: o mapa conceitual e terminológico como instrumento referencial para o ensino e a pesquisa. **Revista INCID**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 26-48, jan./jun.

2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59100>>. Acesso em: 28 out. 2018.

LOUREIRO, José Mauro Mateus. LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Esboço acerca da documentação museológica**. MastColloquia. Vol 10. Documentação em Museus, 2008, p. 24-32.

LUHNING, Ângela. Verger, Bastide e Métraux: Três trajetórias entrelaçadas. **Revista USP**, São Paulo, n. 95, p.128-141, set./out./nov. 2012. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52245>>. Acesso em: 28 out. 2018.

LUND, Niels Windfeld Lund. Document Theory. **ARIST: Annual Review of Information Science and Technology**, Hoboken, v. 43, n. 1, p. 1-55, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Desafios, políticos da diversidade. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, v. 8, p 153-159, abr/jul. 2009.

MARTINS, Dalton Lopes et al. **Repositório digital com o software livre Tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura**. Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB. Marília: UNESP, 2017.

MATOS, Alexandre M. Ribeiro. **SPECTRUM: uma norma de gestão de coleções para museus portugueses**. 2012. 333 p. Tese (Doutoramento em Museologia) – Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Universidade de Porto. Porto, 2012. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67304/2/000198696.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

MATOS, Thiara Cerqueira. **Correspondências pessoais ajudam a criar instituições: Pierre Verger, o Museu Afro Brasileiro e sua rede de colaboradores (1972 – 1976)**. 2012. 178p. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. São Paulo, **Anais do Museu Paulista**, v.2, jan./dez., p. 9-42, 1994.

_____. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, v.115, p.103-117, 1983.

MENSCH, Peter Van. **Towards a methodology of museology**. PhD thesis. University of Zagreb, 1992. Disponível em: <<http://emuzeum.cz/admin/files/Peter-van-Mensch-disertace.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica: contribuição a uma teoria**. Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal. Brasília, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOUTINHO, Mário Canova. Definição evolutiva da Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)**, Santa Catarina, v. 27, n. 41, dez 2014. Número especial.

_____. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v.1, n. 1, p. 7-9, mai. 2009. Disponível em:<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em: 28 out. 2018.

NUNES, Leiva. **Da classificação das ciências à classificação da informação: uma análise do acesso ao conhecimento**. 2007. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2007.

ODDON, Yvonne. **Elements de documentation muséographique**. Jos./Nigéria: Centre de Formation de Techiciens de Musées, 1968. 68p.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Revista Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004.

_____. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para a compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, p. 59-79, 2009. Número especial.

OROM, Anders. The concept of information versus the concept of document. In: Skare, Roswitha; Lund, Niels; Vårheim, Andreas (Eds.). **A document (re)turn: contributions from a research field in transition**. Frankfurt: Peter Lang, p.53-72, 2007.

OTLET, Paul. **El tratado de la Documentación: el libro sobre el libro, teoría y práctica**. Trad. de María Dolores Ayuso García. 2.ed. Universidad de Murcia. Murcia, 2007.

PEARCE, Susan M. Pensando sobre objetos. In: **Museu, instituição de pesquisa**. Org. Marcus Granato e Cláudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro, MAST, 2005. p.11-22.

RIBEIRO, Lins Gustavo. Diversidade cultural enquanto discurso global. In: **Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2014, p.173-212. Disponível em:<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro_desdiv_n2.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

ROLIM, Iara Cecília Pimentel. **Primeiras imagens: Pierre Verger entre burgueses e infreqüentáveis**. 2009. 296 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SALUM, Marta Heloisa Leuba. Critérios para o tratamento museológico de peças em coleção: uma proposta de museologia aplicada (Documentação e Exposição) para o Museu Afro-Brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 7, p.71-86, 1997.

SANTOS, Marcelo dos; FUJINO, Asa. Infraestrutura para práticas de gestão de serviços de informação baseados em ambientes eletrônicos. **X Encontro Nacional de pesquisa em Ciência da Informação**, João Pessoa, UFPB, 2009. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/view/3366/2492>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SERACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e realizações. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SMIT, JohannaWilhelmina. **O que é Documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. A Documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus et al (orgs.). **Documentação em Museus**. MAST Colloquia 10. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-23.

SZOSTAK, Rick. A grammatical approach to subject classification in museums. **KnowledgeOrganization**, v.44, n.7, p.494-505, 2017.

TÁLAMO, Maria de Fátima; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, n.3, p. 197-200, set./dez. 1992.

TORRES, Maria Tereza Marin. **Historia de ladocumentación museológica:la gestión de la memoria artística**. Madrid: TREA, 2002.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistemas de classificação facetados e tesauros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n.2, p. 161-171, maio/ago. 2004.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. Lições e memórias da mestra fundadora no aniversário do Museu Afro-Brasileiro. **UFBA em pauta**, jan. 2017. Disponível em: <https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/li%C3%A7%C3%B5es-e-mem%C3%B3rias-da-mestra-fundadora-no-anivers%C3%A1rio-do-museu-afro-brasileiro>. Acesso em: 28 out. 2018.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160>>. Acesso em: 28 out. 2018.

USILLOS, Andrés Gutiérrez. **Museologia y Documentacion: criterios para la definición de un proyecto de documentación en museos**. Madrid: TREA, 2010.

WEITZEL, Simone E. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.